

RELATÓRIO DE GESTÃO BIÊNIO 2019 / 2021

A DEFENSORIA PÚBLICA VAI ALÉM COM ATENDIMENTO
JURÍDICO DE QUALIDADE E ATENÇÃO A QUEM MAIS PRECISA
EM TODAS AS COMARCAS DO ESTADO



Foto: Arquivo DPE-TO



DPE-TO
DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO TOCANTINS

A Defensoria Pública do Tocantins

É instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe prestar assistência jurídica, judicial e extrajudicial, integral e gratuita, à população carente, garantindo o amplo acesso à Justiça.



Foto: Loise Maria / DPE-TO

Missão

Assegurar o acesso à Justiça, integral e gratuito aos necessitados, promovendo cidadania, com atendimento humanizado e de qualidade.

Visão

Ser referência no âmbito nacional como Instituição de excelência na promoção do acesso à Justiça, plenamente autônoma, de credibilidade e atuação efetiva em todo o Estado.

Valores

- Comprometimento, responsabilidade e dedicação;
- Valorização do potencial humano;
- Respeito às pessoas e instituições;
- Transparência;
- Atendimento humanizado;
- Prevalência do interesse público sobre o privado;
- Atuação funcional com ênfase na eficiência, eficácia e efetividade.

Uma gestão focada na missão constitucional da Defensoria e em valorizar pessoas

Desafios quanto ao orçamento, necessidade de medidas administrativas de austeridade e os efeitos da pandemia de covid-19 marcaram os desafios enfrentados pela gestão 2019/2021. Mas nada disso impediu a Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE-TO) de se fazer presente em todas as comarcas do Estado com assistência jurídica integral e gratuita, e atenção a quem mais precisa. A Administração Superior foi além ao atuar pela valorização de todas as pessoas e isso também a colocou na história da Instituição.

“Ir além” motivou e moveu membros, servidores, estagiários e voluntários. Com esse “movimento” vieram programas, ações e iniciativas que marcaram a gestão como transparente, absoluto zelo no uso de recurso público e atenção especial às pessoas assistidas e àquelas que fazem a DPE-TO acontecer todos os dias.

Por trás dos números que você vai ver em todo esse relatório, estão pessoas: as que tiveram acesso à Justiça por meio da Defensoria e as que atuaram direta ou indire-

tamente para que isso acontecesse.

Para nós, tudo tem a ver com pessoas e esse é o diferencial da nossa Instituição.



Foto: Loise Maria / DPE-TO



» **1.008.545*** Atividades realizadas pela DPE-TO no biênio 2019/2021.

» **330.114*** Atendimentos à população hipossuficiente do Tocantins no biênio 2019/2021.

* Fonte: Corregedoria Geral da Defensoria Pública - Estatística. Dados extraídos do sistema Solar 15/01/2021.

Sumário

6..... *Palavra do DPG*

8..... *Estrutura Organizacional*

11..... *Nossa Gente*

13..... *Nossos números*

14..... *Atividades gerais realizadas pela DPE-TO*

15..... *Atendimentos realizados pela DPE-TO*

16..... *Núcleos Especializados*

17..... *CAF e CAS: centrais para atendimento nas áreas de grande demanda*

18..... *Equipe multidisciplinar: aliada ao atendimento jurídico de qualidade*

20..... *Defensores na Comunidade*

21..... *Um propósito que se tornou um grande programa*

23..... *A atuação no contexto da pandemia*

24..... *Ação rápida e de resultados para todos e todas*

27..... *Principais medidas do Plano de Ação da Defensoria para enfrentamento à covid-19*

28..... *Valorização das pessoas também nas ações de combate e prevenção à covid-19*

29..... *Planejamento e responsabilidade no uso do recurso público nas ações frente à pandemia*

30..... *Prevenção e enfrentamento para além da Defensoria*

32..... *Iniciativas para ajudar quem mais sentiu os efeitos da pandemia*

33..... *Núcleos Especializados*

55..... *Mediação e conciliação para solução de conflitos*

57..... *Transparência e modernização de serviços aos cidadãos hipossuficientes*

58..... *Correições virtuais*

59..... *Diário Oficial da Defensoria Pública*

60..... *Controle social para todos e todas*

60..... *Central de Relacionamento com o Cidadão*

61..... *Convênios e cooperações*

63..... *Investimento e Inovações em tecnologia para novos resultados*

64..... *Novo Data Center: mais segurança em dados e mais qualidade em uso de sistemas*

66..... *Referência em compartilhamento e transferência de tecnologia*

67..... *Aperfeiçoamento da gestão*

68..... *Orçamento e suplementações*

69..... *Retomada de investimentos na Defensoria*

70..... *Central de Honorários*

71..... *Modernização e eficiência com a Central de Gerenciamento de Processos*

72..... *Captação de recursos*

73..... *Emendas parlamentares conquistadas*

75..... *Medidas de economicidade e outros resultados*

76..... *Gestão Presente*

76..... *Comunicação integrada*

76..... *Infraestrutura e melhorias*

78..... *Novas instalações e reformas para melhor receber as pessoas assistidas, membros e servidores*

79..... *Mais conforto e segurança, menos gastos*

80..... *Escola superior da defensoria pública*

81..... *Atualização cultural, profissional e conhecimento científico*

82..... *Para promover cidadania e conhecimento*

83..... *Conselho Superior*

84..... *Conselheiros e conselheiras em atuação durante todo o biênio*

86..... *Relações institucionais e opinião pública*

87..... *Fortalecimento da autonomia e missão constitucional*

88..... *Relações político-institucionais presentes em todo o biênio*

89..... *Instituição mais bem avaliada pela sociedade*

90..... *Reconhecimento à atuação de outros órgãos, instituições e Poderes*

91..... *Espaço livre para o diálogo: uma marca da gestão*

92..... *Defensoria como referência e fonte de informação qualificada*

93..... *Papel social no combate à desinformação*

94..... *Junto de quem faz a defensoria ir além*

95..... *Compromissos honrados e outras medidas de pessoal*

97..... *Revisão da legislação de pessoal*

98..... *Direitos às defensoras e servidoras que são mães*

99..... *Atenção às pessoas com ações de integração e bem-estar*

100..... *Em todas as Diretorias Regionais*

101..... *Iniciativas para integração*

102..... *Outras ações de relevância*

104 ... *História preservada e inspiração para o futuro*

105..... *Centro de memória da Defensoria*

106..... *2019/2021 - A Defensoria Pública foi além e isso também significa inspirar pessoas*

Palavra do DPG



Fábio Monteiro dos Santos
Defensor Público-Geral
do Estado

Visando a colaborar para o cumprimento de sua missão e tornar-se ainda mais efetiva como agente de transformação social, consolidando-se como Instituição de referência na promoção do acesso à justiça, a Defensoria Pública Geral do Estado do Tocantins apresenta seu Relatório de Gestão do biênio 2019/2021.

Entregar este Relatório de Gestão aos cidadãos tocaninenses representa a materialização de dois anos de muito trabalho, inúmeros aprendizados, renovação do compromisso com a defesa da cidadania, e também de conquistas e superações no fortalecimento da Defensoria Pública deste Estado.

Apoiado por uma equipe dedicada de membros, servidores, estagiários e colaboradores, colocamos em prática um projeto de gestão que sempre teve como norte o aprimoramento dos serviços prestados pela Defensoria Pública ao cidadão. Este sempre foi o nosso balizador.

O enfrentamento do período pandêmico foi feito com muita responsabilidade e cautela, a fim de proteger a todos os integrantes da Instituição, assim como os assistidos, sem deixar de atender com eficiência o desígnio Institucional.

Observamos com afinco as propostas apresentadas no início do biênio. Apesar do cenário de crise mundial e de limitação de recursos, conseguimos avançar em muitos aspectos, com destaque para melhorias orçamentárias, fortalecimento da infraestrutura de Tecnologia e de Informação, renovação da frota de veículos, mudanças para sedes novas, entre outras.

O crescimento exponencial no quantitativo de atividades dos Núcleos Regionais e Especializados é uma das faces do próprio crescimento institucional e uma resposta à confiança da população hipossuficiente na seriedade e competência desta Instituição.

Neste propósito de crescimento e fortalecimento da atuação defensorial, também implementamos a Central de Relacionamento com o Cidadão, órgão de atuação que ampliará o acesso da população carente aos nossos serviços.

Necessário citar o cumprimento das garantias e direitos dos membros e servidores, incluindo indenizações, promoções, remoções, progressões, enquadramentos e abono permanência.

Mantivemos uma relação harmoniosa e colaborativa com os poderes e Instituições, o que ensejou a celebração de Termos de Cooperação e Convênios, inovações legislativas, como a previsão de Concurso para a reposição de cargos

“Compartilhamos nossas conquistas (...). (...) nos permitimos ter audácia, foi preciso sagacidade e sensatez para lutar, arriscar, tentar, e assim, superar os desafios.”

de Defensor Público, alteração da Lei n. 2.252/09 e a criação do Diário Eletrônico da DPE, dentre outros desdobramentos proveitosos à Instituição.

Aumentamos a oferta de cursos e eventos de capacitação ao nosso público interno e à sociedade, com a oferta de mais de 50 cursos e capacitações, além do Programa de Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos para membros e servidores.

Sintonizados com o momento nacional vivenciado, as atribuições de natureza administrativa receberam da Administração Superior atenção destacada nestes dois últimos anos.

Focados numa maior aproximação ao nosso assistido, desenvolvemos, entre outros, o Projeto Defensores na Comunidade, maior projeto de atendimento multidisciplinar realizado pela Defensoria Pública tocantinense.

Sabemos que ainda são inúmeras as oportunidades para aprimorar nossa atuação, mas concluímos este biênio convictos de que dedicamos o nosso melhor esforço.

Nas páginas seguintes delineamos, de forma pormenorizada, as inúmeras ações que muito nos estimularam. Compartilhamos nossas conquistas com todos os membros, servidores e demais colaboradores, que juntos se mostram motivados pela melhoria de nossa atuação institucional.

Ao assumir o comando da Instituição nos permitimos ter audácia, foi preciso sagacidade e sensatez para lutar, arriscar, tentar, e assim, superar os desafios.

Deixo os mais sinceros agradecimentos a todo corpo funcional e votos aos novos gestores, desejando um biênio exitoso, próspero em superação e conquistas.

Muito obrigado e boa leitura.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL (Gestão Biênio 2019/2021)

Defensor Público-Geral do Estado:
Fábio Monteiro dos Santos

Subdefensora Pública-Geral:
Estellamaris Postal

Superintendente de Defensores Públicos:
Murilo da Costa Machado

Corregedora-Geral:
Irisneide Ferreira dos Santos

Conselho Superior

Presidente: **Fábio Monteiro dos Santos**
(25/01/2019 à 24/01/2021)

Vice-Presidente: **Estellamaris Postal**
(25/01/2019 à 24/01/2021)

Corregedora-Geral:
Irisneide Ferreira dos Santos
(07/03/2019 à 06/03/2021)

Conselheiro: **Danilo Frassetto Michelin**
(05/07/2019 à 04/07/2021)

Conselheiro: **Fabício Silva Brito**
(06/12/2019 à 05/12/2021)

Conselheiro:
Pedro Alexandre C. Aires Gonçalves
(06/12/2019 à 05/12/2021)

Conselheiro: **José Alves Maciel**
(05/07/2019 à 04/07/2021)

Conselheiro: **Fabício Dias Braga de Sousa**
(02/07/2020 à 01/07/2022)

Suplente: **Arthur Luiz Pádua Marques**
(06/12/2019 à 05/12/2021)

Suplente: **Denize Souza Leite**
(02/07/2020 à 01/07/2022)

Suplente: **Fabício Barros Akitaya**
(05/07/2019 à 04/07/2021)

Suplente:
Letícia Cristina Amorim Saraiva dos Santos
(02/07/2020 à 01/07/2022)

Suplente: **Luís Gustavo Caumo**
(05/07/2019 à 04/07/2021)

Suplente: **Maciel Araújo Silva**
(02/07/2020 à 05/12/2022)

Suplente: **Maria do Carmo Cota**
(05/07/2019 à 04/07/2021)

Suplente:
Vanda Sueli Machado de Souza Nunes
(05/07/2019 à 04/07/2021)

Secretaria executiva
Kaline Fortaleza

Assessoria jurídica
Francianne Parente

Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Tocantins

Diretor
Neuton Jardim dos Santos

Assessoria de Gabinete e Administração Superior

Chefe de Gabinete do Defensor Público-Geral
Débora Cristina Ferreira

Chefe da Assessoria Jurídica
do Defensor Público-Geral
Silvino Cardoso Batista
Aline Martins Coelho

Chefe de Gabinete da
Subdefensora Pública-Geral
Ângelo José de Souza Bezerra

Chefe do Setor de Comunicação
Cleonice Cristiane de Oliveira

Chefe de Cerimonial e Eventos
Gean Carlo Borges Mendes

Chefe de Controle Interno
Sorlete Ribeiro Lima

Coordenadores (as) dos Núcleos Especializados

NADEP - Assistência e Defesa ao Preso
Napociani Pereira Póvoa (Titular)

NDDH - Defesa dos Direitos Humanos
Carina Queiroz de Farias Vieira (Titular)
Pollyanna Águeda Procópio (Auxiliar)

DPAGRA - Defensoria Agrária
Magnus Kelly Lourenço de Medeiros (Titular)
Marlon Costa Luz Amorim

NUDECON - Defesa do Consumidor
Daniel Silva Gezoni (Titular)
Edivan de Carvalho Miranda (Auxiliar)

NUDEM - Defesa dos Direitos da Mulher
Franciana Di Fátima Cardoso (Titular)
Kênia Martins Pimenta (Auxiliar)

NUDECA - Direitos da Criança e Adolescente
Fabiana Razera Gonçalves (Titular)
Maurina Jácome Santana (Auxiliar)

NUSA - Defesa da Saúde
Arthur Luiz Pádua Marques (Titular)
Cleiton Martins da Silva (Auxiliar)
NUMECON - Mediação e Conciliação
Leonardo Oliveira Coelho (Coordenador Geral)

NUJJURI - Tribunal do Júri
Letícia Cristina A. S. dos Santos (Titular)
Karla Letícia de Araújo Nogueira (Auxiliar)

NUAmac - Minorias e Ações Coletivas

Araguaína: **Pablo Mendonça Chaer (Titular)**
Felipe Lopes Barbosa Cury (Auxiliar)

Dianópolis: **José Raphael Silvério (Titular)**

Gurupi: **Lara Gomides de Souza (Titular)**
Leandro de Oliveira Gundim (Auxiliar)

Palmas: **Maciel Araújo Silva (Titular)**

Diretores (as) Regionais

Araguaína: **Luis da Silva Sá**

Araguatins: **Alexandre Moreira Maia**

Brasília: **Leilamar Maurílio Duarte**

Dianópolis: **Jade Sousa Miranda**

Guaraí: **Luciana Olini Braga**

Gurupi: **Iwace Antônio Santana**

Palmas: **Leonardo Oliveira Coelho**
Paraíso do Tocantins: **Isakyana Ribeiro Brito**

Porto Nacional: **Marcello Tomáz de Souza**

Tocantinópolis: **Dianslei Gonçalves Santana**

Superintendência de Administração e Finanças

Superintendente de Administração e Finanças
Francisco Carlos Gois Nonato

Diretora de Administração
Jayra Vieira Reis de Sousa Santiago

Diretor Financeira
Eduardo Pável Rosa

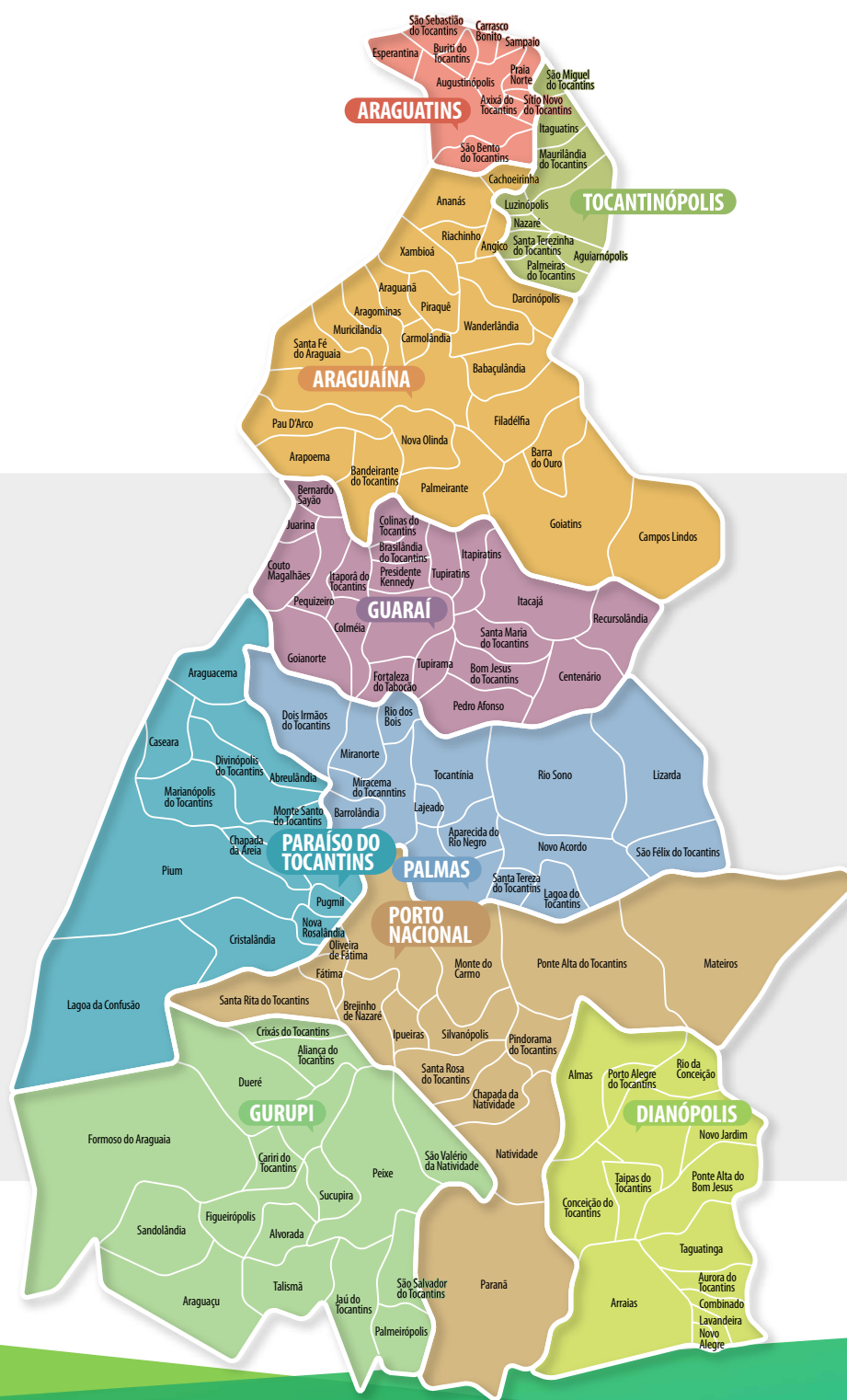
Diretor de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento
Rômulo Dias de Araújo

Diretora Jurídica
Naymara Leite Coelho

Diretora de Planejamento, Orçamento e Projetos
Cléia Azevedo Glória

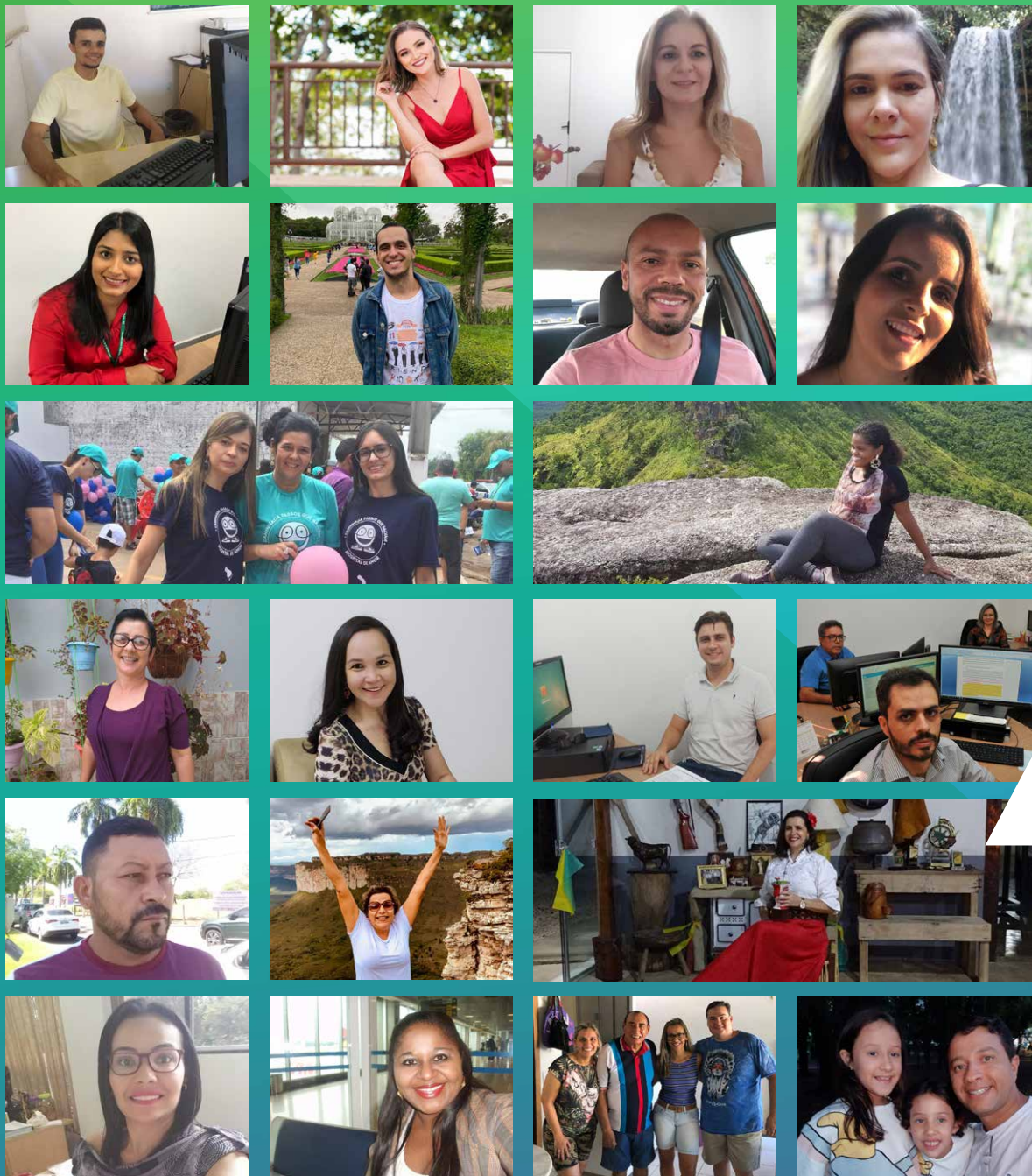
Diretor de Tecnologia da Informação
Luiz Philipe Azevedo Dias

Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Andreia Machado Ribeiro Silva



A Defensoria Pública tem sedes em 40 municípios do Tocantins, organizadas em nove Núcleos Regionais:

*Araguaína,
Araguatins,
Dianópolis,
Guaraí,
Gurupi,
Palmas,
Paraíso do Tocantins,
Porto Nacional e
Tocantinópolis;
além do Núcleo Regional
de Brasília.*



NOSSA GENTE

106 Defensores(as)
Públicos(as)

591 Servidores(as)

152 Estagiários(as)

40 Voluntários(as)

889*

*peessoas construindo
diariamente uma
Defensoria Pública
que vai além.*

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas e Folha de
Pagamento / Referência: 21/12/2020

Fotos: Arquivo pessoal

Nossa gente e seus depoimentos



“Eu amo o que faço! A cada dia aprendo com o assistido sobre humildade, sabedoria e demais valores fundamentais de um ser humano que deposita, talvez, sua única esperança na Defensoria Pública”.

Alberth Bezerra de Albuquerque Souto - analista jurídico de Defensoria Pública em Colinas do Tocantins, sobre a sua experiência como servidor da Instituição.



“Eu olhei para o alto e pedi a Deus para me dar forças porque não esperava por isso. Aí chegaram os amigos, os membros e servidores (...), que me deram ombro, palavra, força. A Defensoria me apoiou e apoia muito, desde o primeiro instante. Eu precisava seguir em frente, pelo meu filho. E assim, foi pela fé, através das orações, que fui me aproximando cada vez mais de Deus”.

Antônio Rodrigues Pereira – servidor da Defensoria em Dianópolis, ao falar do apoio que recebeu quando sua esposa faleceu.



“Às vezes não tem nem relação com o que a pessoa chegou à Defensoria; os anseios, os sonhos, as lágrimas, tudo passa pelo guichê do atendimento. É necessário que a gente trate esse assistido com humanidade, que a gente acolha essas pessoas com os anseios que elas têm e trate de fazer com que elas saiam dali mais compreendidas do que o que a levaram até lá”.

João Egídio Pimentel – assistente de Defensoria em Gurupi, ao falar sobre a atenção às pessoas assistidas, em especial às que buscam acesso à saúde.

NOSSOS NÚMEROS

Atividades gerais realizadas pela DPE-TO

ATIVIDADES REALIZADAS PELOS NÚCLEOS REGIONAIS			
NÚCLEOS REGIONAIS	2019	2020	TOTAL
Araguaína	85.996	68.940	154.936
Araguatins	24.457	22.309	46.766
Dianópolis	38.510	37.759	76.269
Guaraí	44.800	39.415	84.215
Gurupi	80.095	73.832	153.927
Palmas	148.840	111.435	260.275
Paraíso	34.269	32.231	66.500
Porto Nacional	31.765	22.604	54.369
Tocantinópolis	13.241	14.636	27.877
Classe Especial	18.615	9.419	28.034
SUBTOTAL	520.588	432.580	953.168

DEMAIS ATIVIDADES DA DPE-TO			
Classe Especial - Recursal	13.659	13.916	27.575
Equipe Multidisciplinar	14.570	10.088	27.802
SUBTOTAL	31.373	24.004	55.377
TOTAL DE ATIVIDADES	551.961	456.584	1.008.545

ATIVIDADES REALIZADAS POR ÁREA			
ÁREA	2019	2020	TOTAL
Cível	86.604	93.118	179.722
Contadoria	358	249	607
Criminal	116.189	91.301	207.490
Diligências	6.949	2.530	9.479
Direitos Humanos	299	192	491
Execução Penal	21.259	19.767	41.026
Família	195.928	160.100	356.028
Fazenda Pública e Registros Públicos	43.135	33.253	76.388
Infância e Juventude	16.631	13.171	29.802
Juizado Especial Cível	19.659	13.880	33.539
Juizado Especial Criminal	5.693	1.359	7.052
Multidisciplinar	1.842	769	2.611
Outras	48	5	53
Precatória	5.896	2.760	8.656
Superior Tribunal de Justiça	91	102	193
Supremo Tribunal Federal	7	24	31
SUBTOTAL	520.588	432.580	953.168

Mesmo diante das adversidades vividas em um ano atípico como foi 2020, a DPE-TO realizou, por meio de trabalho **100% remoto**, 82,7% das atividades gerais desenvolvidas em 2019.

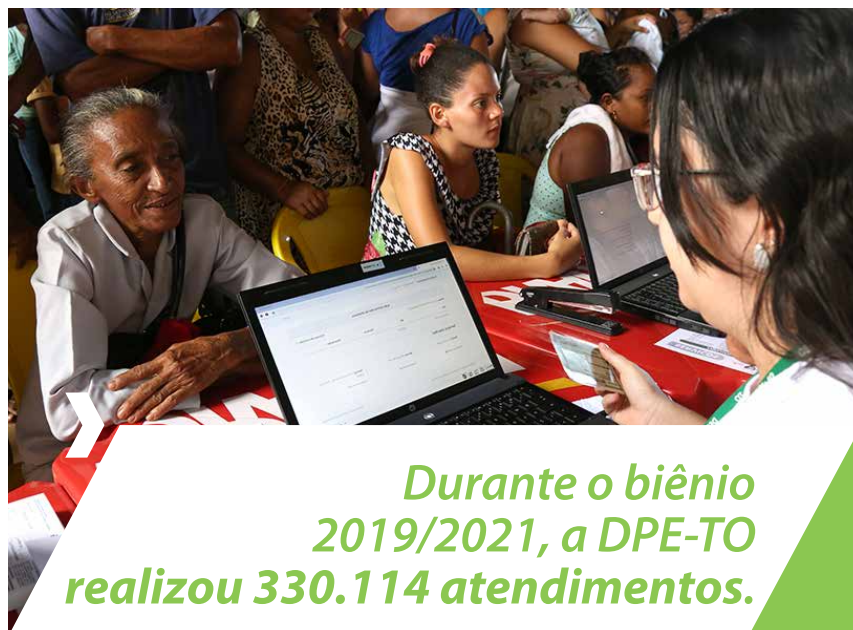
Fonte: Corregedoria Geral da Defensoria Pública - Estatística. Dados extraídos do sistema Solar 15/01/2021.

Entre 2019 e 2020, a DPE-TO realizou 1.008.545 atividades.

Atendimentos realizados pela DPE-TO

ATENDIMENTOS DPE-TO			
TIPO DE ATENDIMENTO	2019	2020	TOTAL
Inicial	54.919	36.236	91.155
Retorno	82.453	85.255	167.708
Apoio	9.719	3.928	13.647
Visita ao Preso	11.937	3.739	15.676
Encaminhamento	21.174	20.754	41.928
TOTAL GERAL	180.202	149.912	330.114

Fonte: Corregedoria Geral da Defensoria Pública - Estatística.
Dados extraídos do sistema Solar 28/01/2020.



**Durante o biênio
2019/2021, a DPE-TO
realizou 330.114 atendimentos.**

Foto: Loise Maria / DPE-TO



Foto: Cléo Oliveira / DPE-TO

Núcleos Especializados

QUANTITATIVO DE ATIVIDADES DOS NÚCLEOS ESPECIALIZADOS			
NÚCLEOS ESPECIALIZADOS	2019	2020	TOTAL
DPAGRA	1.304	609	1.913
NADEP	1.539	1.226	2.765
NDDH	1.176	445	1.621
NUDECA	1.711	1.892	3.603
NUDECON	1.751	1.070	2.821
NUDEM	2.187	231	2.418
NUJURI	1.932	597	2.529
NUSA	712	1.698	2.410
NUAMAC ARAGUAÍNA	2.539	290	2.829
NUAMAC DIANÓPOLIS	832	108	940
NUAMAC GURUPI	1.287	571	1.858
NUAMAC PALMAS	754	623	1.377
TOTAL	17.724	9.360	27.084

QUANTITATIVO ATENDIMENTOS NUMECONs		
2019	2020	TOTAL
17.908	13.512	31.420

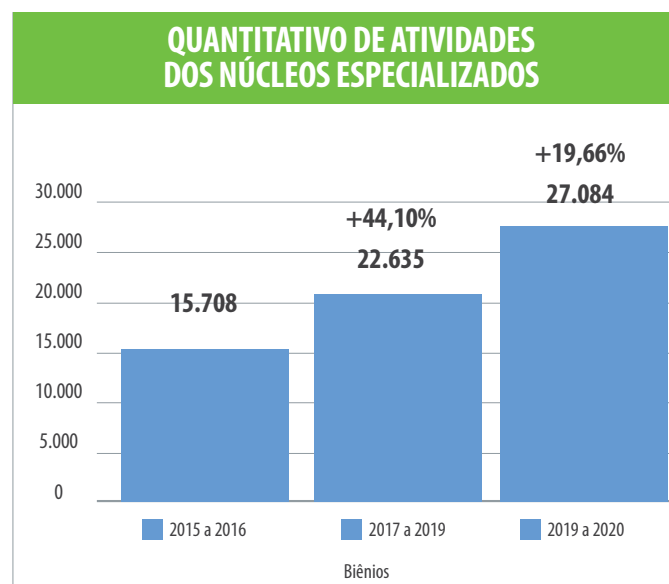


Foto: Loise Maria / DPE-TO



Foto: Cinthia Abreu / DPE-TO

Fonte: Corregedoria Geral da Defensoria Pública - Estatística. Dados extraídos do sistema Solar 10/02/2021.

CAF e CAS: centrais para atendimento nas áreas de grande demanda

A Defensoria possui duas Centrais de Atendimento à Família (CAF), localizadas nos Núcleos Regionais de Palmas e de Araguaína, as quais atuam na fase inicial dos processos na área de Família, pela parte requerente.

Já a Central de Atendimento à Saúde (CAS) funciona em Palmas e atua, judicial e extrajudicialmente, em demandas relativas ao acesso aos mais diversos atendimentos em saúde.

Fotos: Loise Maria / DPE-TO



DEFENSORIA		DIRETORIA	2019	2020	TOTAL
CAF	Central de Atendimento de Família (CAF) - Araguaína	Araguaína	3.979	3.595	7.574
	29ª Defensoria Pública de Palmas / Central de Atendimento de Família (CAF)	Palmas	8.956	6.310	15.266
TOTAL CAF			12.935	9.905	22.840
CAS	30ª Defensoria Pública de Palmas / Central de Atendimento de Saúde - CAS	Palmas	4.621	3.985	8.606

Fonte: Corregedoria Geral da Defensoria Pública - Estatística. Dados extraídos do sistema Solar 15/01/2021.



Equipe multidisciplinar: aliada ao atendimento jurídico de qualidade

Regulamentada pelo Ato nº 349/2016, compondo o quadro de departamento de competência psicossocial e pedagógica, a equipe multidisciplinar atende pessoas encaminhadas por defensores públicos em razão de demandas judiciais, extrajudiciais ou de atendimento.

Profissionais da área de Serviço Social, Psicologia e Pedagogia estão presentes nos nove Núcleos Regionais da Defensoria e assessoram os(as) defensores(as) nas diversas áreas da Instituição, além

do apoio aos Núcleos Especializados.

Dentre as competências de atuação, destacam-se os atendimentos focais aos usuários; elaboração de estudos; produção técnica (relatórios, laudos, pareceres, cartilhas, entre outros); apoio nas Mediações de Conflitos; orientações; encaminhamentos; articulação com a rede de serviços e políticas públicas; atividades de Educação em Direitos, como palestras, oficinas, seminários, projetos e/ou ações voltados ao público externo.

No biênio 2019/2021, a equipe multidisciplinar e brinquedoteca registraram 27.802*.

**Este número é somado com os dados da brinquedoteca, durante o biênio 2019/2021, sendo que em 2020 os registros foram contabilizados pelo Solar.*



Fotos: Arquivos DPE-TO

Equipe Multi ainda mais presente

A Equipe Multidisciplinar também atua no desenvolvimento e execução de projetos de conscientização, sensibilização e informação às pessoas assistidas:

- Grupo de Orientação à Família e Oficinas de Parentalidade e Divórcio, em parceria com os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) do Poder Judiciário;
- Projeto “Faça uma Criança Sorrir”, em alusão ao Dia das Crianças (Diretoria de Palmas e Equipe Multidisciplinar);
- Suporte na edição do projeto Defensores na Comunidade;
- Palestras no projeto “Defensoria Pública nas Escolas”.

Foto: DP-MG / Divulgação



Encontro dos Setores Psicossociais das Defensorias Públicas do Brasil, em Belo Horizonte (MG), com a apresentação da psicóloga da DPE-TO, Vanessa Sales, sobre o trabalho da equipe multidisciplinar nas demandas da infância e juventude.



Foto: Loise Maria / DPE-TO

DEFENSORES NA COMUNIDADE

Um propósito que se tornou um grande programa

O programa “Defensores na Comunidade” começou com uma ação relacionada ao Dia da Defensoria Pública e de Defensoras e Defensores Públicos, em maio de 2019. A ação se tornou um propósito: o de estar ainda mais perto e próximo das pessoas que mais precisam!

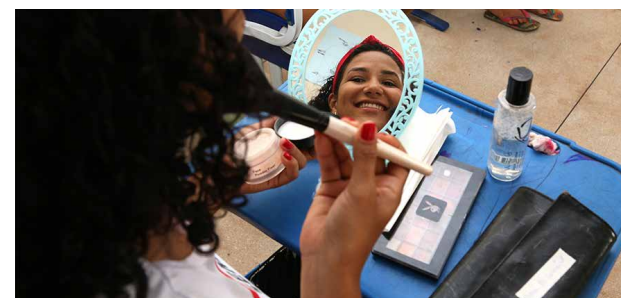
Compartilhado por membros, servidores, estagiários e voluntários, esse propósito levou a um grande e amplo programa de atendimento jurídico gratuito e de qualidade nas comunidades e indo além com a oferta de serviços de cidadania e atividades de cultura e entretenimento, por meio de importantes parcerias.



Foto: Loise Maria / DPE-TO

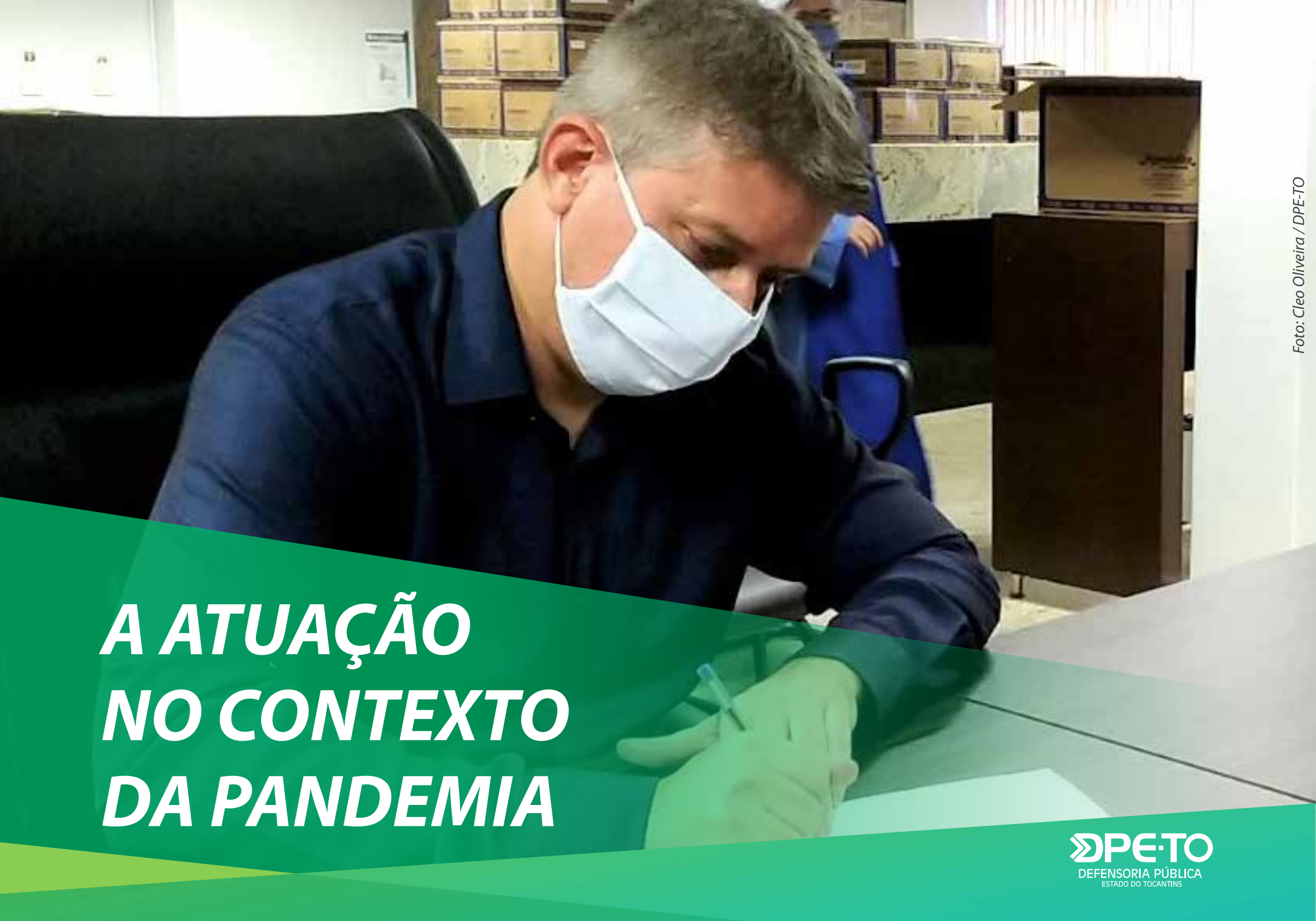
O programa foi um dos temas mais noticiados na imprensa entre os assuntos relacionados à Defensoria Pública, que conquistou ainda mais espaço na mídia e reconhecimento da opinião pública.

Atuação completa em favor de quem mais precisa



Fotos: Marcus Mesquita, Loise Maria e Bruna Cardoso / DPE-TO

O programa Defensores na Comunidade marcou positivamente a gestão 2019/2021 e entrou para a história da Defensoria Pública entre as atuações em benefício e em atendimento às pessoas hipossuficientes.



A ATUAÇÃO NO CONTEXTO DA PANDEMIA

Ação rápida e de resultados para todos e todas

Diante da pandemia do novo coronavírus e dos primeiros casos registrados no Brasil, a Administração Superior da Defensoria Pública tomou medidas preventivas que garantiram a segurança e a tranquilidade no ambiente institucional.

De seu plano inicial, lançado em 12 de março de 2020 – antes mesmo do primeiro caso de covid-19 no Tocantins – surgiu a campanha “Informação Também é Prevenção”, que veio a integrar uma atuação ainda mais ampla e completa, **o Plano de Ação da Defensoria para enfrentamento à covid-19**.

Realizado na agilidade necessária para fazer frente à velocidade que a pandemia se instalava, mas de forma responsável a fim de garantir a manutenção dos atendimentos às pessoas assistidas, o Plano de Ação da Defensoria Pública foi colocado em prática em 20 de março de 2020, apenas dois dias depois do primeiro caso de covid-19 registrado no Estado.



Imagem: Reprodução Meet DPE-TO

Defensoria sem coronavírus
Não foi registrado nenhum caso de covid-19 relacionado a atividades de trabalho na Defensoria Pública, o que se deve às medidas de prevenção e enfrentamento à doença adotadas pela Instituição antes mesmo da doença ser registrada no Tocantins.

Defensoria Pública X covid-19

A atuação imediata e centrada da Defensoria Pública nos meses iniciais da covid-19 no Tocantins garantiu a manutenção dos atendimentos e a plena organização da Instituição durante todo o período da pandemia em 2020:



26/02

- » Primeiro caso de covid-19 no Brasil (São Paulo).

12/03

- » Defensoria lança Plano de Ação em Comunicação com a campanha "Informação Também é Prevenção", voltada ao público interno da Instituição.

- » DPE integra Comitê de Crise para a Prevenção, Monitoramento e Controle do Vírus Covid-19 – novo Coronavírus no Tocantins

13/03

- » Defensoria Pública determina que membros, servidores, estagiários e voluntários do grupo de risco à covid-19 realizem suas atividades de trabalho em sistema remoto, entre outras medidas (Ato nº 79/2020).

15/03

- » Defensoria emite comunicado interno a fim de compartilhar com todos e todas da Instituição as medidas de prevenção adotadas até o momento.

16/03

- » Administração Superior decide regulamentar as Fases I, II e III de funcionamento da Instituição, conforme a evolução da pandemia, prevendo a possibilidade de trabalho remoto na Fase III (Ato nº 81/2020).

17/03

- » Defensoria orienta as pessoas assistidas a utilizarem o serviço *online* da assistente virtual da Instituição (Luna) para o acompanhamento de processos a fim de evitarem

sair de casa sem necessidade, como medida de prevenção.

18/03

- » Comissão de Combate ao novo coronavírus é instituída na Defensoria Pública (Portaria nº 290/2020).

Clique aqui e leia!

- » Primeiro caso de covid-19 registrado em paciente residente no Tocantins.

Defensoria Pública X covid-19



20/03

- » Implantado sistema de trabalho remoto no âmbito da Defensoria (Ato nº 92/2020) em decorrência do agravamento da propagação do novo coronavírus no Estado e o reconhecimento de estado de calamidade pública no Brasil.

23/03

- » Defensoria implanta pólos de atendimento remoto em todas as unidades da Instituição para contato com a Instituição por meio de ligação telefônica e/ou mensagem de *WhatsApp*.

- » Corregedoria Geral da Defensoria Pública regulamenta atuação em trabalho remoto na Defensoria (Recomendação CGDP Nº 002/2020).

31/03

- » *Layout* do site da Defensoria é adaptado para facilitar acesso às informações sobre atendimento remoto e outras orientações às pessoas assistidas.

07/04

- » Campanha institucional

“Informação Também é Prevenção” é ampliada para atender também o público externo da Instituição, aumentando o alcance de informações sobre covid-19 e fortalecendo o combate às notícias falsas (*fake news*).

14/04

- » Primeira morte por covid-19 de paciente residente no Tocantins.

24/04

- » Defensoria anuncia novos contatos de pólos remotos de

atendimento e manutenção do serviço a distância, como medida de prevenção a todos e todas.

11/05

- » Defensoria amplia serviço remotos para todos os casos previstos de atendimento na Instituição (não mais os casos urgentes), incentivando as medidas de prevenção à covid-19 e atuando de forma plena em todas as comarcas do Estado.

Principais medidas do Plano de Ação da Defensoria para enfrentamento à covid-19

Foto: Loise Maria / DPE-TO



- imediato trabalho em sistema remoto para membros, servidores, estagiários e voluntários do grupo de risco;
- implantação das fases I, II e III na Instituição, sendo cada fase com regras para atuação e considerando o avanço da doença no Estado;
- trabalho remoto para todos da Instituição (fase III, deflagrada em 20/03/2020);
- implantação imediata de pólos de atendimento remoto via telefone e mensagens de aplicativo *WhatsApp* para garantia do atendimento às pessoas assistidas.

Todas as medidas adotadas pela Defensoria foram divulgadas por meio dos canais de comunicação interna da Instituição, no site, comunicadas à imprensa e, ainda, compartilhadas com o Comitê de Crise para a Prevenção, Monitoramento e Controle do Vírus Covid-19 – novo Coronavírus no Tocantins: iniciativa do Executivo estadual por meio de Decreto 6.064/2020 para “formular estratégias, soluções e ações locais voltadas ao combate da disseminação do covid-19 (...)”;



Fluxo de atividades mantido com tecnologia

Houve ampla e célere atuação, por meio da Diretoria de Tecnologia da Informação, para que o corpo funcional da Defensoria tivesse acesso, no trabalho remoto, a todos os sistemas utilizados na Instituição, dando continuidade e fluxo às atividades. O suporte técnico a distância também foi viabilizado a fim de atender membros, servidores, estagiários e voluntários no novo formato de trabalho.

Valorização das pessoas também nas ações de combate e prevenção à covid-19



Foto: Marcus Mesquita / DPE-TO



Foto: Cleo Oliveira / DPE-TO



Foto: DPE-TO / Arquivo

Os profissionais, estagiários e voluntários na Defensoria receberam máscaras de proteção facial produzidas em tecido duplo e seguindo as normas técnicas do Ministério da Saúde.

Protetores faciais foram doados pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) e somados aos adquiridos pela Defensoria, puderam ser entregues a todos os profissionais da Instituição.

Todas as unidades da Defensoria no Estado receberam reforço para o estoque de álcool em gel 70%, estoque que foi mantido durante todo o período da pandemia, na gestão 2019/2021.

A Comissão de Prevenção e Combate ao novo coronavírus da Defensoria Pública desenvolveu e aprovou o Plano de Retomada, que recebeu avaliação positiva da área técnica de vigilância sanitária da Secretaria Estadual da Saúde. O Plano institui todas as medidas a serem adotadas quando o trabalho presencial vier a ser retomado.

Imagem: Reprodução Meet DPE-TO



Foto: Cleo Oliveira / DPE-TO



‘Seguindo o Plano de Retomada, as unidades da Defensoria Pública foram preparadas e reorganizadas, durante o período de setembro a dezembro de 2020, para que – quando for possível o retorno do trabalho presencial – os ambientes institucionais estejam prontos e de acordo com os protocolos de prevenção à covid-19. Mudanças no *layout* de salas e outros espaços foram algumas ações para promover o distanciamento social durante os atendimentos.

Planejamento e responsabilidade no uso do recurso público nas ações frente à pandemia

Equipamentos de proteção e itens para adequar as unidades da DPE aos protocolos sanitários

- 5.400 máscaras
- 400 protetores faciais (Doação – UFT)
- 80 caixas de luvas descartáveis para manuseio de documentos
- 60 termômetros digitais por infravermelho
- 516 protetores faciais
- 50 fones de ouvido com microfone
- 55 rolos de fita zebra para demarcação das áreas a serem isoladas
- 260 assentos, com tampa, para vasos sanitários a fim de proporcionar a diminuição do efeito pulverizador ocasionado pelo acionamento da descarga
- 55 totens para *dispenser* de álcool em gel, com acionamento por pedal

Negociação nos contratos de locação de imóveis e reforma de cadeiras, poltronas e longarinas gerou uma economia de quase R\$ 400 mil no gasto do dinheiro público.

Outras medidas adotadas:

adaptação dos serviços prestados pelas empresas terceirizadas

concessão de férias para grande parte dos colaboradores e repactuação dos valores praticados nos contratos (conforme estabelecido na Medida Provisória nº 932/2020).



menos custo em contratos de aluguéis



negociação pela não incidência do IGP-M/ FGV nos contratos de locação de imóveis. Dos 41 locadores, 36 concordaram em abdicar da prerrogativa de reajuste contratual resultando em uma economia anual no valor de R\$ 237.866,31.

Por meio da atuação da Diretoria Administrativa e seus setores, a Defensoria Pública reforçou sua eficiência e consonância com os valores institucionais por meio do comprometimento e criatividade que resultaram na economia de gastos sem comprometer a qualidade dos atendimentos.

Prevenção e enfrentamento para além da Defensoria



Foto: Patrícia Ströher / DPE-TO

Função social

Conteúdo informativo publicado nas redes sociais da Defensoria Pública para ampliar o acesso às informações corretas sobre a pandemia e colaborar no combate à desinformação.



Atuação estratégica

Uma campanha sem som, para a tranquilidade de quem vai assistir ao vídeo, mas com muito a dizer. “Você não está só” é uma atuação conjunta do Núcleo Especializado em Defesa da Mulher e do Núcleo Especializado em Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes para orientar possíveis vítimas de violência doméstica que ficaram em situação ainda mais vulnerável devido ao isolamento social.

➤ [Clique aqui para conhecer!](#)



INFORMAÇÃO
TAMBÉM É
PREVENÇÃO

Reproduções YouTube DefensoriaTO

**“Estamos juntos”**

Uma mensagem às pessoas assistidas feita por quem essas pessoas já conhecem e se relacionam na Instituição. O vídeo “Fique em casa” foi feito por membros, servidores e estagiários, demonstrando a disposição da Instituição em continuar perto de seus assistidos também no trabalho remoto.



Clique para assistir à homenagem!

**Reconhecimento e gratidão**

Os profissionais da área saúde foram homenageados pela Defensoria Pública em um reconhecimento público pelo trabalho e dedicação desses homens e mulheres que estão na linha de frente do combate à covid-19.

Iniciativas para ajudar quem mais sentiu os efeitos da pandemia

Juntos Contra a Fome

De iniciativa da Administração Superior em parceria da Associação das Defensoras e Defensores Públicos do Estado do Tocantins (Adpeto), contando com o apoio de membros e servidores e do Sindicato dos Servidores da Defensoria Pública (Sisdep), o projeto “Juntos Contra a Fome” realizou a aquisição e distribuição de cestas de alimentos e kits de higiene pessoal a pessoas com perfil de assistidas da Instituição.

A ação foi motivada pelos efeitos sociais e econômicos da pandemia de covid-19.



Fotos: Loise Maria / DPE-TO



SOS Tocantins

Uma campanha de solidariedade de iniciativa do Sebrae Tocantins, realizada em parceria com a Defensoria Pública e o Ministério Público Federal, para arrecadar alimentos, itens de higiene pessoal e outros de necessidade, para serem doados a comunidades carentes. As sedes das Diretorias Regionais da Defensoria Pública foram pontos de arrecadação das doações realizadas nos nove Núcleos Regionais da Defensoria em todo o Estado.

União e resultados:
a atuação solidária do Juntos Contra a Fome levou
627 cestas de alimentos e itens de higiene.



NÚCLEOS ESPECIALIZADOS

DPAGRA - Núcleo da Defensoria Pública Agrária

Atuação especializada na área do direito agrário, entre outras atribuições.

DPAGRA	2019/2020
Atividades	1.913



Foto: Loise Maria / DPE-TO

Veículo para uso nas atividades rurais

A Defensoria Pública conquistou a doação de um veículo para uso principal nas atividades do DPagra, o que permite melhor acesso às comunidades isoladas e viabiliza ações de prevenção da violência no campo, na mediação de conflitos agrários e atuação pela garantia de direitos das comunidades hipossuficientes que residem na zona rural.

A doação do veículo foi feita pelo Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento por intermédio da Superintendência Federal da Agricultura no Tocantins.

Outras atuações de destaque

- agravo de Instrumento que levou, em 2019, à suspensão do cumprimento da decisão liminar que determinava a reintegração de posse de famílias posseiras do Acampamento Dom Bosco;
- agravo de Instrumento que levou à suspensão, em 2019, do cumprimento de decisão liminar que determinava reintegração de posse na região do Bico do Papagaio;
- atuação conjunta com a Defensoria Pública da União, em Ação Civil Pública, que culminou em decisão da Justiça Federal para o fornecimento de água potável para a aldeia Takaywrá, no Tocantins;
- atenção às demandas de movimentos sociais, a exemplo do debate e discussão, em 2020, com representantes de comunidades quilombolas, de proteção ao meio ambiente Pastoral da Terra e Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) sobre atuação por políticas públicas agrárias no Tocantins, entre outras atuações.



Foto: Marcus Mesquita / DPE-TO

NADEP – Núcleo Especializado de Assistência e Defesa ao Preso

Atua para o fortalecimento de políticas de atendimento e defesa de pessoas presas, entre outras atribuições.

NADEP	2019/2020
Atividades	2.765



Foto: Marcus Mesquita / DPE-TO

Ampla atuação nos presídios e Casas de Prisão Provisória

A partir de vistorias e atendimentos, que permitiram colher *in loco* a situação das pessoas privadas de liberdade, o Núcleo atuou em diversas frentes para a garantia de direitos fundamentais e também em ações de promoção de cidadania e ressocialização.

Foram oito ações judiciais coletivas relacionadas ao enfrentamento da covid-19 para garantir os direitos fundamentais dos reeducandos das unidades prisionais do Estado.

Já em Ação Civil Pública apresentada à Justiça em conjunto com a Defensoria em Araguaçu (TO), decisão proferida atendeu ao pedido do Nadep e inviabilizou fechamento da Cadeia Pública no Município.

Outras atuações de destaque

- 10 Recomendações expedidas às Secretarias Estaduais de Cidadania e Justiça; de Saúde; e de Segurança Pública acerca de diversos temas relacionados ao enfrentamento do novo coronavírus no sistema prisional, entre eles: medidas de prevenção, manutenção da convivência familiar durante o período de suspensão das visitas; testagem da população carcerária e servidores; fornecimento de máscaras e a necessidade de material gráfico com informações sobre a utilização, e implementação/normatização de visitas virtuais;
- 158 Ofícios expedidos relativos ao enfrentamento da covid-19 no sistema prisional às Secretarias de Estado, Unidades Prisionais e a diversos órgãos de execução penal do Estado;
- Ao juízo da 4ª Vara Criminal de Palmas foram apresentados dois pedidos de providências coletivos que trataram de pedidos de prisão domiciliar aos internos inseridos no grupo de risco da covid-19;
- Dois *Habeas Corpus* coletivos ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins em favor das pessoas presas que se enquadravam nos arts. 4º e 6º da Recomendação do Conselho Nacional de Justiça nº 62/2020 (presos idosos e presos por débitos alimentícios), entre outras atuações.

Entre as atuações do Núcleo também está a realização de ciclos de palestras nas Unidades Prisionais Femininas de Palmas (regimes fechado e semiaberto) e Lajeado (TO), com temas relacionados à promoção de direitos, o trabalho como ferramenta de reintegração social, empoderamento feminino e autoestima.



NDDH – Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos

Tem como missão primordial prestar suporte e auxílio nas demandas relacionadas, direta ou indiretamente, à violação

das normas asseguradoras dos Direitos Humanos, entre outras atribuições.



Foto: Loise Maria / DPE-TO

NDDH	2019/2020
Atividades	1.621

Simulação do Conselho de Direitos Humanos da ONU

A primeira simulação de uma sessão do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) foi realizada pelo Núcleo com o tema “A mulher nas diversas realidades culturais” – avanços na garantia dos Direitos Humanos das Mulheres”, com a participação de estudantes que representaram diplomatas e os interesses de seus países, envolvendo 93 alunos do Colégio da m Polícia Palmas – Unidade II.

Outras atuações de destaque

• Defensoria na Aldeia

por meio do projeto foram realizadas 20 orientações jurídicas e um atendimento coletivo com caciques Krahôs, de forma especializada.

• Defensores da Cidadania

25 ações do projeto, alcançando 1.591 pessoas em oito municípios, levando palestras e rodas de conversas sobre direitos humanos.

• Moradia e acesso à cidade

Produção audiovisual em formato de mini documentário sobre urbanismo e direitos na capital Palmas.



Reprodução YouTube DefensoriaTO

Parceria com Conselhos de Direitos Humanos e Universidades estaduais também promoveu a realização de encontros, debates, seminários e congressos.

Fotos: Loise Maria / DPE-TO



• Formação de conselheiros

curso realizado em parceria com o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos do Tocantins, contou com 50 inscitos e abrangência nacional, entre outras atuações.

Para assistir ao documentário, clique aqui:



NUDEM – Núcleo Especializado de Promoção dos Direitos da Mulher

Prestar assistência jurídica às vítimas de violência doméstica e familiar, entre outras atribuições.

NUDEM	2019/2020
Atividades	2.418



Foto: Bruna Almeida / Estagiária Comunicação DPE-TO

Garantia de direitos às parturientes

Atuação marcante do Núcleo está o trabalho extrajudicial e judicial pela garantia do direito das parturientes, a acompanhante durante o parto. Recomendações, uma Ação Civil Pública, com o apoio do NDDH, e apoio a manifestações (foto) estão entre as atividades do Nudem, a fim de garantir o direito das mulheres no momento do parto.

O Nudem expediu, ainda, portaria em que instaura procedimento preparatório para apurar os danos às mulheres grávidas, puérperas e seus familiares durante a vigência da suspensão do direito ao acompanhante que se deu a partir de 23 de março de 2020.

Também foi realizado o seminário “Parto humanizado, violência obstétrica e seus efeitos nefastos” com o objetivo de promover o aprimoramento cultural e profissional acerca das diretrizes do parto humanizado e sobre o atendimento à mulher vítima de violência obstétrica de maneira integral.

Outras atuações de destaque



Curso de formação de defensoras populares em Porto Nacional

Defensoras Populares

44 mulheres concluíram o curso de formação de lideranças femininas aptas a promoverem o empoderamento de mulheres das comunidades nas quais elas estão inseridas. A atuação é resultado de um trabalho conjunto entre Núcleo Especializado de Promoção dos Direitos da Mulher (Nudem), 3ª Defensoria Pública Cível e Atendimento à Vítima de Violência Doméstica de Porto Nacional e a Escola Superior da Defensoria Pública.



Desatando Nós

Exposição fotográfica com 22 fotos de mulheres assistidas Núcleo que têm histórias de superação de violência doméstica, do machismo, do medo, do preconceito e da baixa autoestima.

16 dias de ativismo

Uma série de palestras e colaborações ao vivo em webinar organizado pelo Nudem em destaque à agenda internacional de "16 dias de ativismo pelo fim

da violência contra mulheres e meninas". Debates qualificados e com a ampla participação marcaram a ação.

Ser mulher é...

Ação de mobilização entre mulheres a fim de que despertem e inspirem a consciência quanto a equidade por meio da escrita. Textos compartilhados e publicados no site da Instituição nortearam a ação, entre outras atuações.

NUDECA - Núcleo de Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Atua na prestação de atendimento nos locais de cumprimento de medida socioeducativa, em unidades de acolhimento ou qualquer entidade envolvida com a prote-

ção e promoção dos direitos das crianças e adolescentes que necessitem de atendimento especializado e estejam em situação de risco; entre outras atribuições.

NUDECA	2019/2020
Atividades	3.603



Foto: DPE-TO / Arquivo

Campanha de conscientização sobre os conselhos tutelares

Apoio e acompanhamento na divulgação da eleição para Conselheiro Tutelar, em parceria com a Unitins – gravação de ‘pílulas’ para várias rádios. Confecção de *e-book* com o material ministrado na capacitação inicial para conselheiros tutelares. Realização do “Seminário Capacitação inicial para Conselheiros Tutelares” que capacitou 82 conselheiros eleitos e suplentes.

Foto: Loise Maria / DPE-TO

Outras atuações de destaque

“Transforme uma vida: apadrinhe uma criança”

Ação realizada em 2019 e em 2020 com a participação das instituições de acolhimento de Palmas e Porto Nacional, beneficiando 135 crianças e adolescentes com kits de higiene pessoal e presentes, no Dia das Crianças.

Inspeções

Dez inspeções virtuais no Centro Socioeducativo (Case) de Palmas e Centros de Internação Provisória (Ceip) Norte e Sul com entrevista com os componentes das equipes multidisciplinares, coordenações e atendimento individualizado aos adolescentes.

II Seminário da Infância

“Um olhar humanizado sobre os Direitos da Criança e Adolescente, com ênfase na atuação do Conselho Tutelar”. Cerca de 120 participantes no seminário organizado pelo Núcleo.



Atuações extrajudiciais exitosas

Preenchimento das vagas de Auxiliar de Serviços Gerais (ASG) nas unidades socioeducativas de internação; permissão de ligações de videochamada para os adolescentes privados de liberdade.

Parcerias

Atuação conjunta com o Ministério Público do Trabalho para aquisição de celulares para as unidades de internação;

parceria com a Secretaria Estadual da Cidadania e Justiça (Seciju) e Tribunal de Justiça do Tocantins (TJ-TO) Para prestação do serviço do Grupo Gestor Socioeducativo; parceria junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Palmas para a execução de serviço socioeducativo de prestação de serviços à comunidade para adolescentes em conflito com a lei, entre outras atuações.

NUDECON - NÚCLEO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

Contribui no planejamento, elaboração e proposição de políticas públicas que visem à proteção e defesa do consumidor carente, entre outras atribuições.

NUDECON	2019/2020
Atividades	2.821



Foto: Loise Maria / DPE-TO

II Simpósio Interinstitucional sobre Direitos do Consumidor

Com cerca de 130 inscritos, entre profissionais da Defensoria, operadores do Direito, comunidade acadêmica e comunidade em geral, foi realizado em parceria com a Escola Superior da Defensoria Pública, Procon estadual e o Procon de Palmas.

O objetivo foi o de fomentar a discussão com a sociedade sobre a efetividade do direito de proteção ao consumidor e sua judicialização na atualidade.

Outras atuações de destaque

Unidade móvel para atendimentos

Adquirido por meio de convênio com a Secretaria Nacional do Consumidor, a unidade móvel do Nudecon está pronta para ações e atendimentos após a situação de pandemia, ficando por dois anos exclusiva aos atendimentos do referido Núcleo e, a partir desse prazo, poderá ser utilizada para atendimentos em todas as áreas.



Fotos: Loise Maria / DPE-TO

[Clique aqui para conhecer mais sobre a unidade móvel:](#)



Travessia em balsa

Articulação com a Defensoria Pública da União (DPU), em Ação Civil Pública proposta em desfavor de empresa de transporte viário visando suspender a cobrança individual por passageiros dos veículos dos consumidores que utilizam o sistema na travessia das balsas do Rio Tocantins e Araguaia e nas fronteiras com o Estado do Pará e Maranhão.

Consumidores na pandemia

Decisão judicial em caráter liminar em desfavor da Prefeitura de Palmas e Sindi-

cato das Empresas de Transporte Municipal para o restabelecimento total da frota de ônibus em Palmas e no distrito de Luzimangues (Porto Nacional) para evitar aglomeração; limpeza e disponibilização de álcool em gel aos usuários no sistema de transporte coletivo; recomendações a vários estabelecimentos com vistas a garantir a tutela e observância do direito dos consumidores e medidas de prevenção na propagação da covid-19.

Atuação judicial

Ajuizamento de sete Ações Cíveis Públicas

em face de instituições de ensino, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio nos contratos de prestação de ensino em decorrência da pandemia e suspensão da atividade escolar; celebração de Termo de Ajustamento de Conduta com o Colégio Polivalente e Objetivo de Palmas como mecanismo de resolução extrajudicial onde consta entre as obrigações da compromissária a concessão de 26% e 25% de desconto, respectivamente, sobre o valor das mensalidades escolares cujas parcelas venceram a partir de 01/04/2020, entre outras atuações.

NUJURI - Núcleo do Tribunal do Júri

Tem como finalidade subsidiar e auxiliar os(as) Defensores(as) Públicos(as) e Servidores(as) nas demandas referentes aos

crimes dolosos contra a vida e conexos de competência do Tribunal do Júri, entre outras atribuições.



Foto: Loise Maria / DPE-TO

NUJURI	2019/2020
Atividades	2.529

39 Sessões Plenárias em
21 Comarcas

Sessões Plenárias do Tribunal do Júri em 2019.

Auxílio em 39 Sessões Plenárias do Tribunal do Júri no Estado, com a participação de 18 defensores públicos, envolvendo 21 Comarcas.

Outras atuações de destaque

- **“Teoria dos jogos no Processo Penal”**

Realização do curso, em conjunto com Nudem e Escola Superior, com 120 inscritos entre profissionais da Defensoria da área criminal e acadêmicos.

Contou com a participação do juiz de Direito Alexandre Moraes da Rosa, apresentando reflexões críticas sobre o processo penal.

- **“Proteção da mulher por meio de ferramentas tecnológicas e Luzes sobre o Projeto de Lei Anticrime”**

Palestra realizada em parceria com o Nudem e Escola Superior, com 120 inscritos.

- **Portarias**

Expedidas 26 solicitações de portarias, objetivando a



Sessões Plenárias do Tribunal do Júri em 2020.

designação de defensores públicos para patrocínio de defesa dos assistidos em Sessões Plenárias do Tribunal do Júri.

- **Iniciativas quanto à pandemia**

Elaboração de parecer técnico expedido ao Tribunal de Justiça do Tocantins acerca do ato normativo - Portaria Conjunta nº 23, com vistas a suspender e impedir a realização de “júris virtuais”, demonstrando que o direito de defesa do réu pode ser comprometido, já que não estabelece conformidade com os princípios do devido processo legal, do contraditório e da plenitude de defesa; recomendação

conjunta de todos os Núcleos Especializados para o Governador e Secretário de Saúde do Tocantins, para adotarem providências diante da previsão do pico da pandemia, no sentido de inibir eventual influência das palavras do Presidente da República que terminaram acelerando a sociedade de forma contrária ao interesse público e a proteção à vida; elaboração de minuta de recomendação endereçada à Superintendência do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal do Estado para suspender a exigência da regularização do CPF para fins de recebimento do auxílio emergencial, entre outras atuações.

NUSA – Núcleo Especializado de Defesa da Saúde

Atua judicial e extrajudicialmente, de forma individual ou coletiva, na promoção e defesa do direito à saúde, entre outras atribuições.

NUSA	2019/2020
Atividades	2.410

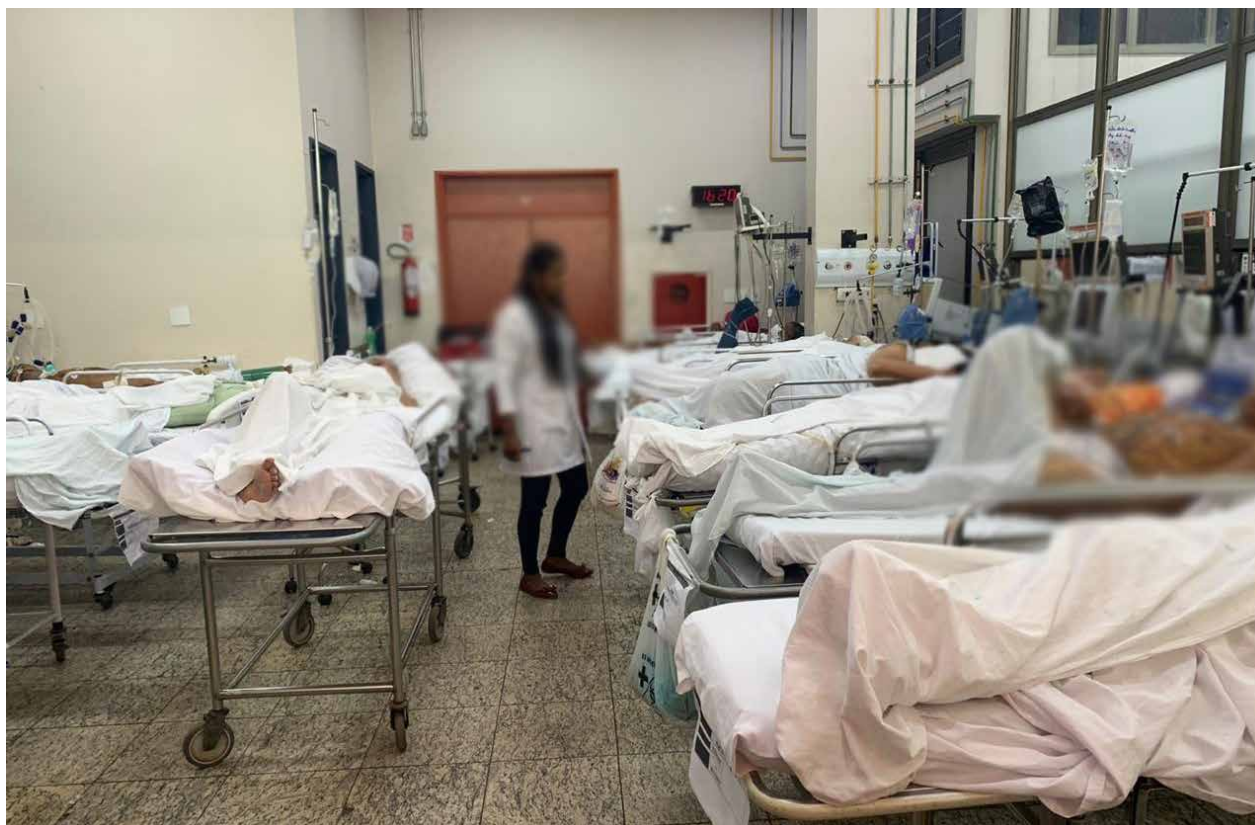


Foto: Nusa / DPE-TO

Plena atuação pela garantia de atendimentos relacionados à covid-19

16 ações civis públicas (ACPs) no biênio. Entre as oito ACPs propostas à Justiça em 2020, metade é específica para o enfrentamento da pandemia, como a cessão de respiradores dos municípios para o atendimento dos casos graves, ampliação de leitos na região norte e sul do Estado e implementação do Portal de Informações Covid-19. As demais ACPs tratam da regularização dos serviços na rede de saúde.

Já em 2019 foram ajuizadas oito para regularização dos serviços de assistência à saúde, dentre elas para a ampliação da oferta de leitos de UTI neonatal e pediátrica no Hospital Maternidade Dona Regina e pedido de credenciamento de neurocirurgias para suprir a demanda reprimida de beneficiários do Plansaúde e regularização da oferta para as demandas futuras.

Outras atuações de destaque

• Recomendações

em 2019 foram expedidas 17 e em 2020, outras 27 recomendações, sendo 24 específicas do Nusa e três em conjunto com outros Núcleos Especializados.



Foto: Loise Maria / DPE-TO

• Agenda extrajudicial

Realização e participação em 384 reuniões e outras atividades extrajudiciais, sendo 21 com o objetivo de discutir com os órgãos públicos e prestadores de serviços, ações para contenção do avanço da covid-19, entre outras atuações.

Movimentações em processos coletivos

Registro de 305 movimentações, sendo seis sentenças procedentes nos seguintes processos:

- Implementação do Portal da Transparência Covid-19
- Regularização do abastecimento/dimensionamento na rede municipal de Palmas
- Regularização dos serviços essenciais do Hospital Regional de Araguaçu
- Ampliação e credenciamento dos leitos de UTI na rede estadual de saúde
- Regularização dos serviços da sala vermelha do HGP
- Regularização das cirurgias oncológicas

Foto: Marcus Mesquita / DPE-TO



Foto: Nusa / DPE-TO



No ano de 2019 foram realizadas 17 vistorias em hospitais e unidades de saúde. Em 2020 foram dez, no intuito de acompanhar e fiscalizar a rede de serviço de saúde e as medidas adotadas pelos órgãos públicos durante a pandemia.

NUAmac's - Núcleos Aplicados das Minorias e Ações Coletivas

Focados no atendimento especializado às minorias e às demandas coletivas de forma descentralizada e integrada, com sedes nas regionais de Araguaína, Dianópolis, Gurupi e Palmas (Resolução nº 155/2017). Os NUAmacs fomentam políticas públicas em defesa dos direitos das minorias.



Fotos: Keliane Vale / DPE-TO



Foto: DPE Araguaína / Divulgação



Foto: Loise Maria / DPE-TO



Foto: DPE-TO Gurupi / Divulgação



Foto: Valério Zelaya / Prefeitura de Palmas - arquivo

NUAmac Araguaína	2019/2020
Atividades	2.829

NUAmac Dianópolis	2019/2020
Atividades	940

NUAmac Gurupi	2019/2020
Atividades	1.858

NUAmac Palmas	2019/2020
Atividades	1.377

Foto: Keliene Vale / DPE-TO

Ações de destaque NUamac Araguaína

Com abrangência nas comarcas que integram as Diretorias Regionais de Araguaína, Araguatins, Tocantinópolis e comarca de Colinas do Tocantins:

- oferta de apoio às famílias venezuelanas e venezuelanas indígenas que começaram a residir na cidade de Araguaína no início de 2020;
- campanhas de conscientização, juntamente com o Cartório de Registro Civil, Prefeitura e instituições de ensino superior para garantir às pessoas LGBTIQ+ o direito de exercício de seus direitos, tais como: retificação em cartório do nome social; uso de banheiro correspondente à identidade de gênero;



- em parceria com o Ministério Público do Trabalho, atuação do Núcleo levou à construção e reforma do Centro de Castração em Araguaína;
- acompanhamento de nove famílias na iminência de serem desapropriadas decorrente da construção da ponte que liga Xambioá (TO) à São Geraldo –(PA);
- recomendações enviadas às Prefeituras a fim de neutralizar a covid-19 nos Municípios por meio de decretos determinando o fechamento de todos os estabelecimentos de serviços não essenciais, entre outras atuações.

Ações de destaque NUamac Dianópolis

Com abrangência nas comarcas que integram a Diretoria Regional de Dianópolis e Comarcas de Ponte Alta e Paranã:

- participação ativa no projeto “Defensoria Pública nas Escolas” por meio de palestras e oficinas promovidos em conjunto pelo Núcleo, Conselho Municipal Sobre Drogas de Dianópolis, Secretaria Municipal de Juventude e Esportes e Polícia Militar;
- capacitação prática para estagiários da Defensoria e acadêmicos do curso de Direito da Unitins a fim de promover a troca de experiências práticas em Direito de Família; capacitação para o referido público também em processo penal;
- realização do seminário “Racismo Estrutural, Crimes Virtuais e o Mercado de Trabalho e população negra”;
- ação proposta à Justiça com decisão favorável para regularização das condições dos reeducandos das unidades prisionais de Taguatinga e Aurora do Tocantins no cumprimento da pena em regime semiaberto;
- expedidas às 14 Secretarias Municipais de Saúde de abrangência do Núcleo, recomendações para a contenção e prevenção da covid-19, entre outras atuações.

Foto: DPE-TO Gurupi / Divulgação



Ações de destaque NUamac Gurupi

Com abrangência nas comarcas que integram a Diretoria Regional de Gurupi e comarcas de Pium e Cristalândia:

- realização de edições do projeto Cine Defensoria em três escolas da rede pública de Gurupi, contemplando cerca de 400 estudantes;
- projeto Defensoria +60 com 11 ações (minicursos) em Gurupi, impactando positivamente 889 pessoas e realizando 28 atendimentos oriundos dessas atividades;
- participação na CPI da BRK na Câmara Municipal de Gurupi, ouvindo os apontamentos feitos pela BRK sobre os frequentes casos e reclamações de consumidores, ora também expostos pelas pessoas assistidas. Alcance médio de 50 pessoas;



Foto: DPE-TO Gurupi / Divulgação

- atendimento itinerante em Cariri (TO) que resultou em 82 atendimentos aos membros do Assentamento PA Coimbra;
- 11 ações de Retificação de Registro Civil para reconhecimento da etnia Kanela do Tocantins aos indígenas da tribo CrimPaTehi. Processo deve beneficiar em média 400 indígenas;
- Ação Civil Pública objetivando a garantia de profissionais da área da saúde à menores com transtorno do espectro autista, uma vez que o tratamento básico está sendo negado pelo Estado e Município de Gurupi;
- expedidas recomendações às 20 Secretarias Municipais de Saúde de abrangência do Núcleo para averiguar a quantidade de ambulâncias, os itens de emergência que possuem e quais medidas foram adotadas pelos municípios em razão da pandemia da covid-19, entre outras atuações.

Foto: Cinthia Abreu / DPE-TO

Ações de destaque NUamac Palmas

Com abrangência nas comarcas que integram a Diretoria Regional de Palmas, Diretoria Regional de Paraíso do Tocantins (exceto Pium e Cristalândia), Diretoria Regional de Guaraí (exceto Colinas do Tocantins) e Diretoria Regional de Porto Nacional (exceto Ponte Alta e Paranã):

- diversas ações civis públicas a fim de propor melhorias para os moradores que abrangem a atuação do Núcleo, seja na zona urbana, seja na zona rural;
- ações voltadas para regularização de loteamento, concessão de água e esgoto e instalação de energia elétrica nos municípios de Brejinho de Nazaré e Itacajá;
- ação civil pública em desfavor da Fundação do Meio Ambiente de Palmas postulando pela fiscalização efetiva do meio ambiente equilibrado da Capital;



- atuação pelos mototaxistas de Palmas para que, no período da pandemia, possam atuar também no transporte de encomendas, o que foi atendido pela Prefeitura, garantindo renda e meio de trabalho a mais de 200 pessoas;
- atuação por meio de Recomendação à empresa BRK e ao Município de Palmas para realizarem ligação de água nos

setores Água Fria, Fumaça, Senhor do Bonfim, Rancho Diamante, Sol Nascente, Avalon, Água Boa. A atuação impactou positivamente mais de 400 pessoas;

- ajuizada ação civil pública para impedir medida demolitória de mais de 35 casas, localizadas na Quadra 212 Sul, Palmas - TO, com ocupação da área há mais de 20 anos, entre outras atuações.



MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO PARA SOLUÇÃO DE CONFLITOS

NUMECON - Núcleos Especializados de Mediação e Conciliação

Com atuação nas nove Diretorias Regionais, os Núcleos têm por finalidade promover a solução extrajudicial dos litígios, visando à composição entre as pessoas em

conflito de interesses, sendo responsável pela sistematização de toda a política de conciliação e da mediação no âmbito da Defensoria, entre outras atribuições.

QUANTITATIVO ATENDIMENTOS NÚMECONS			
DEFENSORIA	2019	2020	TOTAL
NUMECON - Araguaína	2.717	1.640	4.357
NUMECON - Araguatins	550	427	977
NUMECON - Dianópolis	327	227	554
NUMECON - Guaraí	1.198	950	2.148
NUMECON - Gurupi	1.810	1.755	3.565
NUMECON - Palmas	7.169	5.469	12.638
NUMECON - Paraíso	2.044	1.292	3.336
NUMECON - Porto Nacional	1.757	1.507	3.264
NUMECON - Tocantinópolis	336	245	581
TOTAL GERAL	17.908	13.512	31.420

Atendimento online de mediação com tradução simultânea em Linguagem Brasileira de Sinais (Libras)



Foto: Loise Maria / DPE-TO

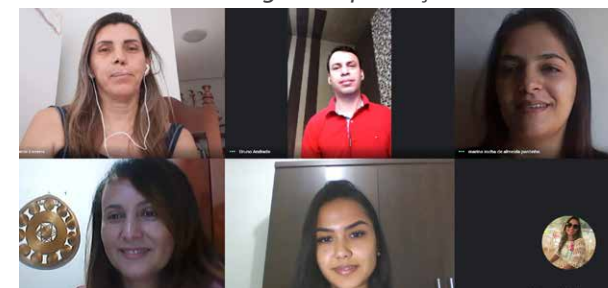
TRANSPARÊNCIA E MODERNIZAÇÃO DE SERVIÇOS AOS CIDADÃOS HIPOSSUFICIENTES

Correições virtuais

A Corregedoria Geral da Defensoria Pública realizou as correições 2020 de forma virtual a fim de garantir que o procedimento fosse executado respeitando as medidas de distanciamento social indicadas como prevenção ao novo coronavírus. Na etapa

realizada em 2020, passaram pelas correições as unidades do Núcleo Regional de Paraíso do Tocantins localizadas no próprio Município e também em Araguacema, Cristalândia e Pium.

Imagem: Reprodução Meet / DPE-TO



“(...) eles [assistidos ouvidos nas atividades das correições] demonstraram uma boa aceitação já que o atendimento remoto se torna mais rápido e ágil, sem a necessidade de deslocamento. Economiza tempo, bem como não os expõe ao risco”

**Irisneide Ferreira –
corregedora-geral da
Defensoria Pública**

Compromisso

Mesmo virtuais e por meio de plataforma online, as correições seguiram todas as normas previstas para serem validadas, como a publicação de edital, divulgação da atividade entre membros, servidores e pessoas assistidas em cada Regional da Defensoria, convite para autoridades do sistema de Justiça de cada localidade, entre outros quesitos que visam garantir a ampla participação do corpo funcional da Defensoria e de qualquer cidadão que queira opinar sobre o funcionamento e atendimento da DPE-TO no Estado.

Alcance – primeira etapa

191 pessoas assistidas pela Defensoria, 28 servidores e cinco membros da Instituição foram ouvidos nas atividades das correições na Diretoria Regional de Paraíso do Tocantins. As Correições aconteceram de 17 a 19 de agosto de 2020, contudo, sua fase preparatória teve início no mês de julho, quando foram analisados atendimentos no sistema Solar, processos e petições no sistema e-Proc, questionários dos membros e servidores, além de entrevistas com assistidos (as) que foram atendidos (as) remotamente.

Diário Oficial da Defensoria Pública

Crédito: Isis Oliveira / AL-TO – Divulgação

Iniciativa da Defensoria Pública Geral, o projeto de lei para implantação do Diário Oficial próprio da Defensoria Pública foi aprovado por unanimidade pelos deputados estaduais, em dezembro de 2020, e sancionado pelo Governador do Estado (Lei nº 3.743/2020).

Por meio da Diretoria de Tecnologia da Informação, a gestão 2019/2021 preparou o sistema de publicação no Diário Oficial para que esteja integrado ao Sistema Eletrônico de Informação (SEI).

O sistema permite que as edições e conteúdo sejam assinados digitalmente com base em certificados para segurança e de autenticidade, respeitando os quesitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da administração pública.



A implantação do Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública será mais um instrumento que decorre da autonomia institucional que, em 2019, celebrou 15 anos.



Clique aqui e confira!

Controle social para todos e todas

A gestão 2019/2021 disponibilizou a **Carta de Serviços da Defensoria**, um instrumento de controle social cujo objetivo é facilitar a participação dos cidadãos nas ações e programas da Instituição.

A carta de serviços está disponível no site www.defensoria.to.def.br. Clique aqui para ter acesso ao documento.



Central de Relacionamento com o Cidadão

Alô Defensoria
Central de Relacionamento com o Cidadão

A Central de Relacionamento com o Cidadão da Defensoria Pública foi implantada em novembro de 2020 a fim de unificar o atendimento remoto e facilitar o acesso das pessoas assistidas por meio do serviço de ligação gratuita.

O serviço teve início nas comarcas de

Palmas, Miracema do Tocantins (Lajeado), Miranorte (Barrolândia, Rio dos Bois, Dois Irmãos do Tocantins) e Novo Acorde (Santa Tereza do Tocantins, Lagoa do Tocantins, São Félix do Tocantins, Aparecida do Rio Negro, Lizarda, Rio do Sono) para ser expandido para todas as unidades da DPE-TO.

Com a Central Alô Defensoria, o contato telefônico com a DPE-TO é feito sem custos para quem faz a ligação. Os atendentes foram treinados para, mesmo a distância, atuarem de forma ágil e humanizado.

0800 644 8580

Convênios e cooperações

2019

- Convênios: 4
- Termos de cooperação Técnica: 23
- Termo de Cessão de Uso: 1

2020

- Convênios: 4
- Termos de Cooperação Técnica: 9
- Termo de Doação: 1
- Convênios com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos: 6

Termo de Cooperação Técnica

Partícipe: Defensoria Pública do Estado do Mato Grosso, Pará e Paraná.

Objeto: Compartilhamento de conhecimentos e transferência de tecnologias, mediante a disponibilização de sistemas informatizados desenvolvidos pelas partes, bem como dos conhecimentos utilizados na sua construção e desenvolvimento, capacitação de técnicos, intercâmbio de informações, estudos e pesquisas de assuntos de interesse comum.

Termo de Cooperação Técnica

Partícipe: Defensoria Pública do Estado de Goiás.

Objeto: Cessão à DPE-GO, do direito de uso, com código fonte, do Sistema Athenas, na sua versão mais atualizada, sem qualquer ônus para as partes.

Vigência: 14/04/2020 a 14/02/2023.

Termo de Cooperação Técnica

Partícipe: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Palmas.

Objeto: Disponibilização de local adequado pela DPE-TO, para que adolescentes possam cumprir a medida socioeducativa determinada pelo Poder Judiciário; Vigência: 11/03/2020 a 11/02/2022.

Termo de Cooperação Técnica TJ-TO

Partícipe: Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Objeto: Disponibilização de servidores da DPE-TO para o desenvolvimento de funcionalidades no sistema e-Proc que beneficiarão a Defensoria e todos os jurisdicionados do Estado do Tocantins.

Termo de Cooperação Técnica

Partícipes: MPF - Procuradoria da República no Estado do Tocantins; SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas.

Objeto: Apoiar entidades carentes e comunidades em situação de vulnerabilidade, notadamente necessitados e populações indígenas, do Estado do Tocantins, no enfrentamento da pandemia de covid-19, por meio de mobilização dos empresários e sociedade em geral para doações de alimentos, materiais de higiene e itens de proteção individual.

Vigência: 18/06/2020 a 31/12/2020.

Termo de Cooperação**Técnica SECIJU-TO**

Partícipe: Secretaria da Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins.

Objeto: Disponibilização pela SECIJU-

TO, de espaço físico nas instalações que abrigam o Sistema Socioeducativo, Unidades Prisionais Femininas, bem como nas Unidades Prisionais dos municípios de Augustinópolis, Tocantinópolis, Araguaína (Casa de Prisão Provisória de Barra da Grota), Guaraí, Colinas, Paraíso, Porto Nacional, Palmas, Gurupi (Casa de Prisão Provisória de Cariri), Dianópolis, Miracema e Arraias, para alocação de um computador para realização de atendimentos, mediante videoconferência, pela Defensoria Pública do Estado do Tocantins.

Vigência: 10/07/2020 a 10/07/2022.

Termo de Cooperação Técnica CIHP/CGSINDEC/DPDC/SENACON

Partícipe: Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça.

Objeto: Adesão ao consumidor.gov.br, mantido pela Senacon, por meio da plataforma tecnológica de informação e compartilhamento de dados.

Vigência: 21/09/2020 a 21/09/2023.



INVESTIMENTO E INOVAÇÕES EM TECNOLOGIA PARA NOVOS RESULTADOS

Novo *Data Center*: mais segurança em dados e mais qualidade em uso de sistemas

Na gestão 2019/2021 a Defensoria realizou a mudança do próprio *Data Center*, trazendo mais segurança e desempenho para a rede institucional de informações.

O que a nova solução tecnológica representa para a Defensoria Pública:

- mais segurança no armazenamento de dados;
- ampliação da capacidade de fluxo de armazenamento e processamento de dados no âmbito institucional;
- suporte tecnológico de qualidade;
- acesso em maior escala dos sistemas da DPE-TO no sistema de trabalho remoto;
- ganho significativo de desempenho, processamento e memória de armazenamento, o que leva à segurança em relação à tecnologia adotada e também à conectividade.

Foto: Marcus Mesquita / DPE-TO



Fábio Monteiro (D) e membros da Administração Superior da DPE-TO, com o diretor de TI, em visita técnica às instalações do novo *Data Center*

As atividades em trabalho remoto implantadas como uma das medidas de prevenção à covid-19 foram possíveis de serem realizadas com excelência devido a atuação dos profissionais de tecnologia e informação da Defensoria, alinhada também às funcionalidades do novo *Data Center*. O equipamento garantiu mais segurança no armazenamento de arquivos e dados e oportunizou melhores estratégias para utilização remota de sistemas e informações em rede.

Foto: Marcus Mesquita / DPE-TO

A aquisição do novo *Data Center* ocorreu por uma necessidade que levou à oportunidade de se otimizar e mudar para melhor o tráfego de dados defensoriais e na segurança com que esse tráfego ocorre.

O uso de todos os sistemas da Defensoria, os arquivos salvos em pastas compartilhadas, o arquivamento de dados, entre outras atividades tecnológicas na Instituição dependiam do *Data Center* moderno e seguro que foi adquirido.

“O Data Center anterior foi adquirido em 2012 e, de lá até antes da compra dos novos equipamentos, houve um crescimento exponencial de demandas e de movimentações de dados na Instituição, o que levou a antiga estrutura ao limite de uso. Seguindo um pacto tecnológico de aprimoramento institucional, a Defensoria Pública adquiriu o que há de mais moderno em relação a Data Center, garantindo mais segurança e agilidade no processamento e no armazenamento de dados das unidades da Defensoria em todas as comarcas”.

Fábio Monteiro dos Santos
defensor público-geral



Visita técnica ao espaço na sede da Defensoria destinado exclusivamente aos equipamentos da nova solução tecnológica (*Data Center*) da Instituição

Foto: Loise Maria / DPE-TO

Desde a aquisição do *Data Center*, feita com recursos do orçamento de 2019, até a entrega definitiva, instalação e treinamento de toda a equipe da Diretoria de Tecnologia e Informação, o processo foi concluído no primeiro trimestre de 2020. O investimento foi de aproximadamente R\$ 2,3 milhões entre aparelhagens e capacitações.



Referência em compartilhamento e transferência de tecnologia

A Defensoria Pública compartilha conhecimento e transfere tecnologia por meio de cooperação técnica firmada com várias Defensorias Públicas do Brasil. Entre os sistemas compartilhados estão o Solução Avançada Em Atendimento de Referência (Solar), Chronus, Athenas e o Sistema de Votação.

A realização do “I Workshop do Solar – cases e caminhos”, em 2019, colocou a DPE-TO na rota de outras Defensorias que buscam aprimoramento tecnológico e implantação de sistemas que ordenem e permitam gestão informatizada dos atendimentos jurídicos e dos dados das pessoas assistidas.

Outros destaques:

- a DPE-TO disponibilizou para as Defensorias Públicas de Minas Gerais, Amazonas e Mato Grosso o sistema de Votação Eletrônica;
- implantado o Aplicativo de Inventário. Com ele, a DPE-TO reduziu os custos da operação em 18,17%, em comparação entre os anos de 2018 e 2019;
- a implantação do petição integrado do Solar com os sistemas dos Tribunais de Justiça Estaduais e com SEEU está em destaque entre as novas funcionalidades e aperfeiçoamentos promovidos nos sistemas.

Estados com uso do sistema Solar nas Defensorias Públicas

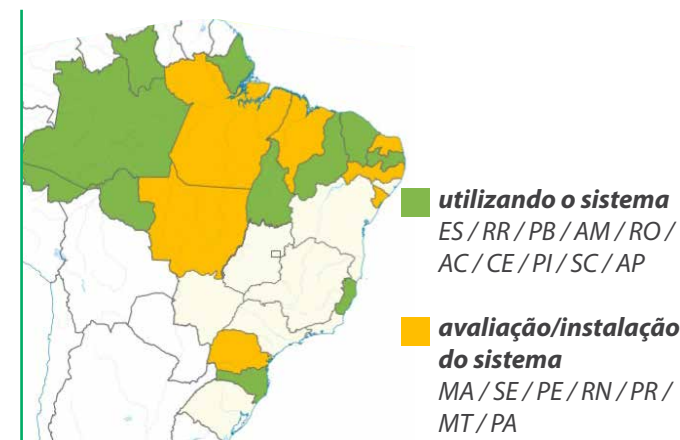
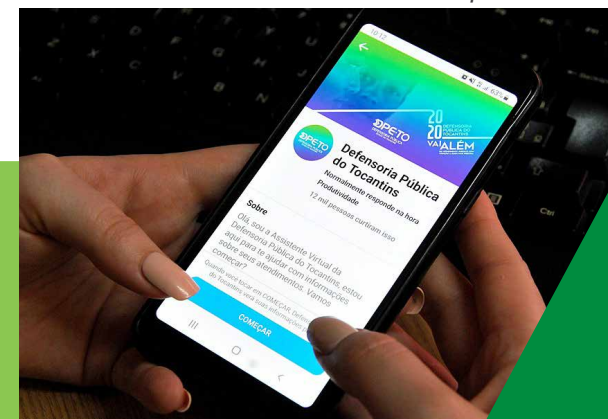


Foto: Marcus Mesquita / DPE-TO



Luna, a assistente virtual da Defensoria Pública, passou por constantes acompanhamentos tecnológicos, em especial após a pandemia, para que a sua inteligência artificial seja ampliada e atualizada, a fim de melhorar a experiência da pessoa assistida que for utilizar o serviço.



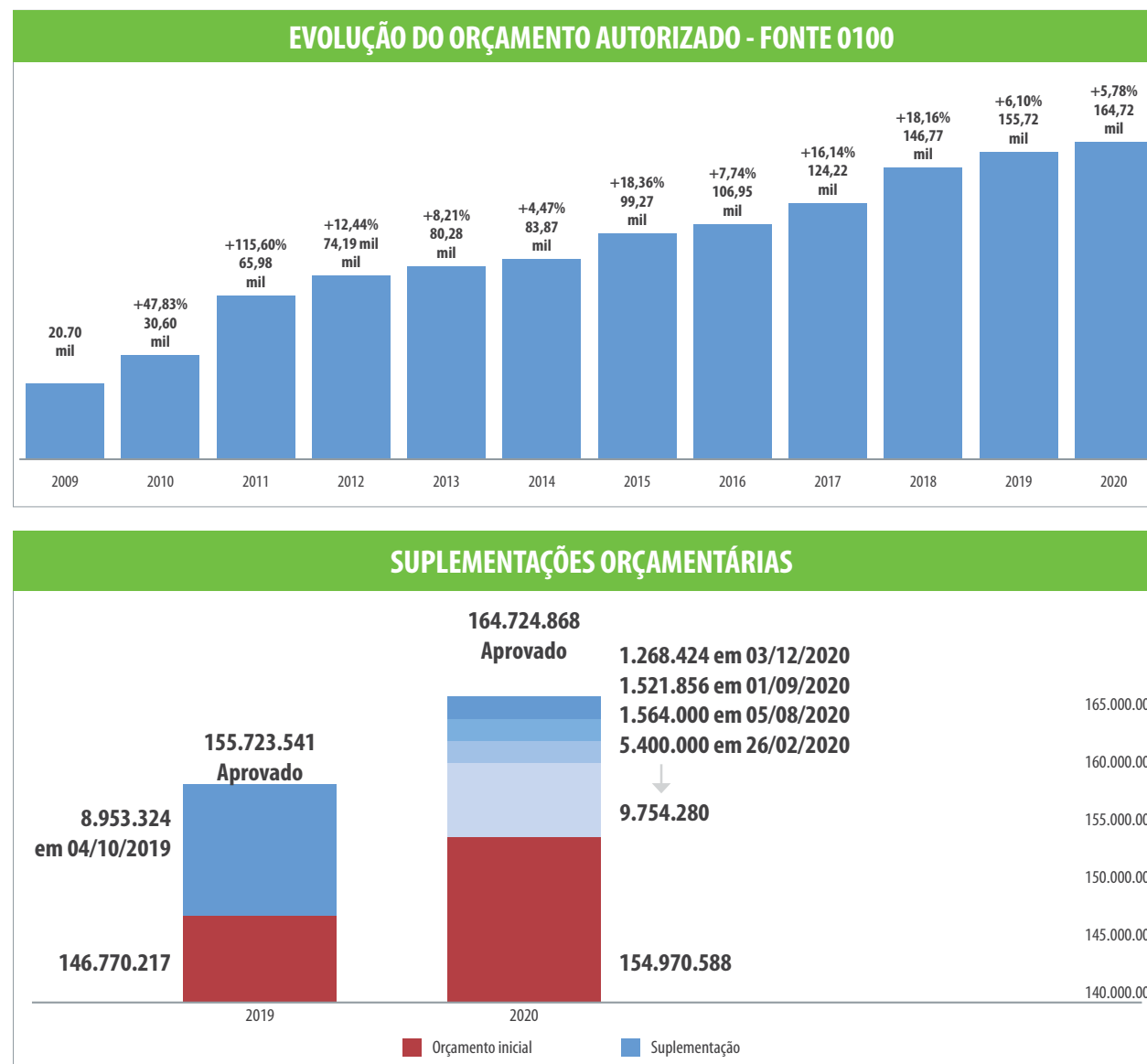
Foto: Loise Maria / DPE-TO

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO

Orçamento e suplementações

Notoriamente, ao longo dos últimos anos, a Defensoria Pública obteve aprovação de orçamentos que exigiram suplementações. Aliado a isso, no biênio 2019/2021, a conjuntura econômica e política e, ainda, o contexto pandêmico, influenciaram sobremaneira o curso da execução orçamentária.

Contudo, mesmo diante de adversidades, potencializadas no exercício 2020, a Instituição manteve uma situação de crescimento orçamentário, bem como as suplementações de recursos necessárias para cumprir os compromissos institucionais, resultado das tratativas junto aos poderes de Estado e do acesso estabelecido com os entes pela Gestão Superior.

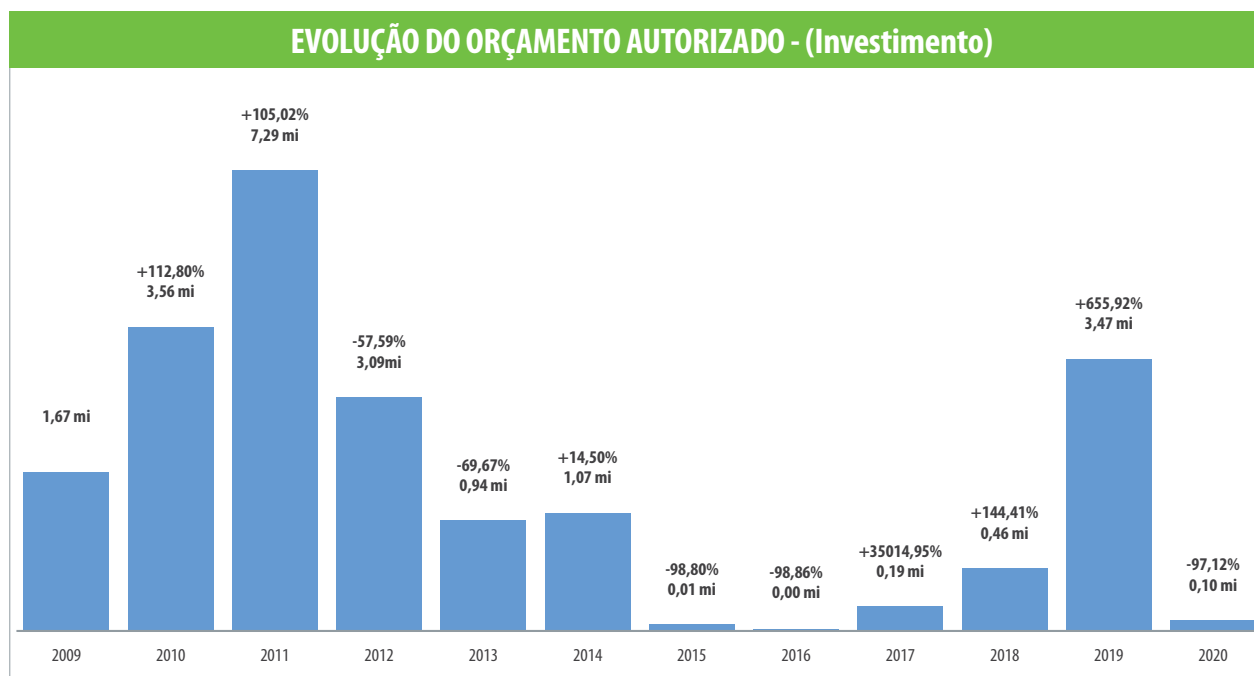


Retomada de investimentos na Defensoria

No biênio 2019/2021, ainda que com desafios orçamentários, houve considerável crescimento em investimentos na Defensoria Pública, como demonstram os dados expostos no gráfico. Até então, o último crescimento nes-

se quesito havia sido em 2010/2011.

A retomada de investimentos é representativa para a gestão e toda a Instituição, já que reflete benefícios diretos para a Defensoria Pública.



Central de Honorários

Honorários recebidos

ANO	FINANCEIRO ARRECADADO	PERCENTUAL DE AUMENTO POR ANO
2019	R\$ 525.625,61	4,30%
2020	R\$ 611.343,41	16,30%
Total arrecadação biênio	R\$ 1.136.969,02	

Outros destaques da Central:

- modificação e aprimoramento nos fluxos de informação;
- implementação da regularização processual das execuções de honorários, através da vinculação da Defensoria Pública como parte autônoma nos autos, criando uma nova rotina no Poder Judiciário e, assim, possibilitando melhorias no acompanhamento das execuções e cumprimento das disposições legais;
- realização de acordos com as partes tornou-se rotina no processo de trabalho para garantir o recebimento das receitas de honorários, tendo impacto positivo na arrecadação;
- atendimento direto aos profissionais, encaminhando modelos de petição e fornecendo orientação técnico jurídica.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ANO DA PANDEMIA (2020)	QUANTITATIVO
Cumprimentos de sentença protocolados	450
Ações de Liquidação de Sentença	18
Petições/Manifestação processual	2712
Recursos	119
Orientações aos Defensores (as) e servidores (as)	08
Processos acompanhados	5540
Relatórios elaborados	19
Total de atividades	8.866

Ressalta-se que além do trabalho judicial, a Central de Honorários também realiza atividades administrativas, em consonância com o disposto pela Resolução-CSDP nº 142/2016.

2020 foi finalizado com uma estimativa de recebimento de honorários de R\$ 5.758.483,58, a qual teve um aumento de aproximadamente 19,23% comparada ao ano de 2019*.

**O valor refere-se aos processos que tiveram condenação de honorários em favor da Defensoria, mas cuja perspectiva financeira ainda não havia sido alcançada no encerramento do biênio devido à falta de prazo de finalização de trâmite processual.*

Modernização e eficiência com a Central de Gerenciamento de Processos

Instituída em substituição ao antigo setor e-Proc, a Central de Gerenciamento de Processos (Cegep) da Defensoria Pública traz modernização e ampliação de atuação com o estabelecimento de diretrizes básicas de funcionamento, além de parâmetros acerca da política interna de gerenciamento de processos nos sistemas delegados à administração institucional (atualmente os sistemas e-Proc e SEEU).

Com a Cegep, instituída em 2019, a Defensoria Pública conseguiu se preparar e contribuir com ajustes e otimização da plataforma e-Proc Nacional, implantada em janeiro de 2020. Também adotou novas práticas para efetivar com eficiência o gerenciamento de processos, especialmente os judiciais (e-Proc Nacional e SEEU). O incentivo ao diálogo, promovido pela Central, levou à otimização das atividades e desburocratização nas tratativas internas.

Fotos: Loise Maria / DPE-TO



O objetivo precípua de implantar a Cegep foi o de aprimorar e otimizar a atuação processual da Defensoria Pública, uma vez que se busca a cada dia direcionar as demandas judiciais para aqueles que, de fato, têm competência para atuar.

Qualificação

Toda a equipe da Central passa por qualificações, aprimorando seus protocolos internos e ampliando os canais de diálogo com os usuários para, deste modo, prestar um serviço cada dia mais ágil e eficiente na tarefa de efetivar internamente o gerenciamento dos processos do e-Proc e SEEU.



Captação de recursos

No biênio 2019/2021, o Escritório de Gestão de Projetos acompanhou 37 projetos internos:

Ato nº 148/2019 instituiu o Escritório de Gestão de Projetos no âmbito da Defensoria Pública. O Setor gerencia o portfólio de projetos, dá apoio técnico às tratativas institucionais a fim de captação de emendas parlamentares e atua no acompanhamento e orientação sobre novos projetos na Instituição.

DADOS	2019	2020	TOTAL BIÊNIO 2019/2020
Projetos internos	20	17	37
Pessoas alcançadas	24.468	11.044	35.512
Ações realizadas	212	52	264
Atividades realizadas	261	649	910

Referência relatório consolidado - Geral 2020.

PORTFÓLIO DE PROJETOS

DEFENSORIA PÚBLICA

2021






DefensoriaTO

www.defensoria.to.def.br



Trata-se de edições cinematográficas e debates sobre direitos humanos em escolas e espaços comunitários. O projeto aproxima a Defensoria Pública da comunidade, utilizando como mecanismo de interação a exibição pública de filmes e mídias em geral, fomentando o livre acesso, com ênfase na área de atuação da Defensoria Pública, bem como a promoção de debates e orientações jurídicas gerais de forma multidisciplinar, utilizando a linguagem cinematográfica.

O alcance do projeto, nos anos de 2018 e 2019 foi de 1.747 pessoas.

1747 Pessoas
Em 2018 e 2019



Iniciado em meados de 2018 o projeto visa promover educação em direitos junto à comunidade escolar, fortalecendo o exercício de cidadania, por meio de ações informativas e educativas. Os conteúdos aplicados objetivam instruir alunos, pais e professores, e promover o debate por meio dos seus narradores (cidadania e ética, direito, saúde, violência e paz), levando em consideração as peculiaridades de cada realidade.

No período de 2018 a 2020 foram registradas 117 ações, em 9 municípios com 13.609 pessoas alcançadas.

13609 Pessoas
Em 2018 a 2020



O propósito do projeto é garantir assistência jurídica integral, gratuita e de qualidade à população indígena que reside em locais distantes das Sedes da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, tendo em vista que esses grupos se encontram em situação de peculiar vulnerabilidade, uma vez que, mesmo nas situações em que têm consciência da violação de seus direitos, carecem de recursos econômicos para se deslocarem até os centros urbanos para atendimento com defensor (a) público (a).

A população indígena tocanterense representa 1,6% do total da população autodeclarada indígena do país, contando com 13.131 pessoas, subdivididas em oito etnias indígenas existentes, quais sejam: Karajá, Xambioá, Javari, Xerente, Krikati, Krahô, Kanabá, Apinajé e Awa Canaúba, o que representa 0,9% do total da população do Estado do Tocantins, que atualmente ocupa a 7ª posição no ranking de indígenas por estado, conforme dados do IBGE 2010.

Até o momento foram realizadas duas atividades, sendo uma na aldeia Sabão e outra na Aldeia Pedra Branca, alcançando um público de 90 pessoas.

90 Pessoas
em 2018



Programa Defensores na Comunidade é realizado com a finalidade de levar assistência e orientação jurídica à população carente do Estado do Tocantins que reside em locais de maior vulnerabilidade social, promovendo cidadania e paz. O Programa busca alcançar os seguintes objetivos:

- Levar os serviços da Defensoria Pública até as comunidades carentes e de maior vulnerabilidade social do Estado do Tocantins;
- Promover a cidadania e oportunizar o lazer, através dos serviços ofertados em conjunto com parceiros dos setores públicos e privados;
- Buscar parcerias permanentes de entidades públicas e privadas, cujo objetivos e estratégias de responsabilidade social se alinhem com as concepções institucionais;
- Promover a divulgação dos parâmetros para atendimento na Defensoria Pública, contido na Resolução CSDP 170/2018, publicada no DOE nº 5.064, de 05 de março de 2018.



Desatando nós

O projeto foi realizado com o propósito de levar à sociedade, por meio da mostra fotográfica, o debate e a discussão sobre a violência contra a mulher e a responsabilidade conjunta de todos neste enfrentamento.

A Mostra Fotográfica foi lançada em maio, no Capim Doado (Rioangaitá) às 18h00 de 2019, durante as comemorações da Semana do Defensor, depois ocorreu no Hall da Assembleia Legislativa (22-05 a 03-06-2019), no Campus de Miracema da Universidade Federal do Tocantins, no Movimento pela Vida em Taquaruna (20 a 22-06-2019), no REPREV (27-09 a 08-10-2019) e no Lazer da UFT em Araguaína (21-11 a 02-12-2019).

6 Mostras fotográficas
públicas de maio de
5.000 pessoas impactadas



Com a chegada da pandemia causada pelo Coronavírus, a vida de todos sofreu impactos ares impensados, seja em termos de saúde, psicológicos ou econômicos. Clientes das dificuldades para as famílias hipossuficientes em obterem renda, consequentemente, alimentos neste período, membros, servidores (a), estagiários (a) e voluntários (a) da Defensoria Pública do Estado do Tocantins se mobilizaram e criaram a campanha "Juntos Contra a Fome", que entre os meses de maio e dezembro, arrecadou vestes básicas e outros alimentos que foram doados para 627 famílias carentes e 5 entidades filantrópicas em diversas regiões tocanterenses.

627 famílias e
5 entidades filantrópicas atendidas

Emendas parlamentares conquistadas

A gestão 2019/2021 atuou de forma estratégica na captação de recursos por meio de emendas parlamentares para incrementar o orçamento, melhorar a capacidade de investimento e principalmente: viabilizar a execução dos projetos da Instituição que atendem diretamente a população hipossuficiente.

Mais de R\$ 1,5 milhão captados por meio de sete emendas parlamentares com termos de convênios já formalizados em projetos da Defensoria qualificados pelo setor Escritório de Gestão de Projetos.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS VIA EMENDA PARLAMENTAR			
Nº DA EMENDA	PARLAMENTAR	VALOR DA EMENDA	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO
41220008	Dep. Osires Damaso	150.000,00	Dir. Regional de Paraíso
30680002	Dep. Gaguim	100.000,00	Dir. Regional de Gurupi
37750017	Dep. Vicentinho Jr	250.000,00	Dir. Regional de Porto
26930010	Dep. Profª Dorinha	135.000,00	Dir. Regional de Dianópolis
39350002	Dep. Célio Moura	300.000,00	Dir. Regional de Araguaína Dir. Regional de Araguatins Dir. Reg. de Tocantinópolis
39730005	Dep. Eli Borges	270.000,00	Dir. Regional de Palmas Dir. Regional de Guaraí
23590001	Sen. Kátia Abreu	300.227,00	NUDECA / ESDEP
		1.505.227,00	

Por meio de projetos, 264 ações e 910 atividades foram realizadas pela Defensoria, atendendo 35.512 pessoas.

Durante o Biênio 2019/2021 o Escritório de Gestão de Projetos e Captação de Recursos (EGP) elaborou projetos e viabilizou a participação da Instituição em 6 Editais de Chamamentos Públicos, foram eles:

- Chamada Pública de Projetos de Eficiência Energética CPP 002/2019.
- Edital nº 01/2019 (SINAPIR - MDH) – Fortalecimento do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR) Para Entes Federados e Consórcios Públicos.
- Portaria nº 212, de 28 de novembro de 2018 - Estabelece procedimentos, critérios e prioridades para o financiamento de projetos voltados à implantação de Serviços de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional com recursos do Fundo Penitenciário Nacional e dá outras providências.
- Edital de Chamada Pública SJ-TO - Subseção Judiciária de Araguaína - DISUB 7858326.
- Edital de Seleção Pública de Patrocínio do Banco da Amazônia 2020.
- Edital nº 01/2020 – Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos.

Além da participação nos editais, iniciou-se a execução do convênio de Nº 852553/2017, do Fundo dos Direitos Difusos de 2017, no valor de R\$ 526.570,00.

Medidas de economicidade e outros resultados

Vinculado à Superintendência de Administração e Finanças e implantado em janeiro de 2019, o Departamento de Racionalização da Defensoria Pública monitora

as despesas institucionais como forma de garantir a consecução dos objetivos institucionais mediante acompanhamento e otimização dos gastos.



Eficiência e acompanhamento

Por atuação do Departamento de Racionalização, a Defensoria Pública obteve em 2019 a devolução e crédito no valor de R\$ 22.076,47 referente à cobrança indevida de Imposto ICMS nas faturas de energia elétrica de algumas unidades da DPE-TO.

Economia atestada

Com o trabalho remoto foram possíveis reduções consideráveis no consumo de energia, água e reprografia, totalizando economia de aproximadamente R\$ 430 mil, conforme dados do Departamento de Racionalização.

Mais consciência, menos gasto

Entre 2019 e 2020, o Departamento mediu uma diminuição de 73% na quantidade de impressões e uma redução de R\$ 280 mil nos gastos com consumo de energia elétrica.

Gestão Presente

O Programa foi realizado em 2019 em todas as Diretorias Regionais. As edições subsidiaram o levantamento de informações para a composição do Plano Estratégico 2020/2024, focado na gestão estratégica.

Comunicação integrada

A Administração Superior optou por manter diálogo próximo com as equipes das áreas meio, assim como com diretores regionais e demais membros, em uma estratégia de comunicação integrada por resultados de gestão.



Fotos: Loise Maria / DPE-TO



Imagem: reprodução Meet DPE-TO



Foto: Marcus Mesquita / DPE-TO



INFRAESTRUTURA E MELHORIAS



Foto: Arquivo DPE-TO

Novas instalações e reformas para melhor receber as pessoas assistidas, membros e servidores

As mudanças e reformas de sede de unidades da Defensoria priorizaram mais conforto para pessoas assistidas e equipes da Instituição, melhor localização e acesso.

Por meio da Diretoria de Administração, a Defensoria Pública também promoveu a construção de um almoxarifado na unidade de atendimento em Itaguatins, ampliou o prédio do Anexo em Palmas para mais qualidade no espaço e equipou setores de diversas comarcas com aparelhos de ar condicionado, lâmpadas LED, entre outras melhorias que garantiram melhores condições de trabalho.

No biênio 2019/2021 foram conquistadas mudanças e melhorias nas regionais de Guaraí, Pedro Afonso, Paraíso do Tocantins, Dianópolis, Palmas e Brasília. A gestão atuou para instalações melhores sem afetar as despesas.

Foto: Loise Maria / DPE-TO



Mudança de prédio em Araguacema

Foto: Loise Maria / DPE-TO



Mudança de prédio em Miranorte

Foto: Marcus Mesquita / DPE-TO



Reforma de prédio em Filadélfia

Foto: Loise Maria / DPE-TO



Reforma de prédio em Taguatinga

Mais conforto e segurança, menos gastos

- Três veículos modelo sedan adquiridos em 2019 (pregão eletrônico) e cinco veículos adquiridos em 2020;
- Toda a frota conta com sistema de monitoramento de rotas, o que oferece mais segurança e, com atuação estratégica, também leva ao controle ainda mais eficiente de gastos com combustíveis e outros relacionados a deslocamentos.

Veículos em licitação: um veículo de passeio tipo sedan (aquisição através de recursos próprios) e nove veículos utilitários, tipo caminhonete (por meio de convênios com o Poder Executivo Federal).



Foto: Loise Maria / DPE-TO



Foto: DPE-TO Araguaína / Divulgação

As Defensorias Públicas em Palmas, Araguaína, Gurupi e Guaraí receberam novos veículos.

ESCOLA SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA



Foto: Loise Maria / DPE-TO

Atualização cultural, profissional e conhecimento científico

A Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep) realizou atividades de capacitação focadas na atualização e especialização do conhecimento dos profissionais e estagiários (as) da Instituição e também de órgãos parceiros. Também atuou na promoção e realização de eventos focados na promoção de conhecimento cultural e científico com foco nos direitos humanos e cidadania.



Foto: Loise Maria / DPE-TO

Mestrado profissional

A oferta de mestrado profissional por meio de parceria com a Escola Superior da Magistratura do Tocantins (Esmat), articulada pela Esdep e Administração Superior, levou a oportunidade de ingresso em sete vagas para o curso em “Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos”, ofertado em parceria com a Universidade Federal do Tocantins (UFT).

56 Atividades de capacitação

925 Participantes

574 Público Interno

351 Público Externo

1.465 Horas

Público interno participante

107 Defensores(as) Públicos(as)

402 Servidores(as)

65 Estagiários(as)

Para promover cidadania e conhecimento

Defensoria Pública nas Escolas

Coordenado pela Esdep, o “Defensoria Pública nas Escolas” promove a cidadania por meio de palestras para estudantes, pais e/ou responsáveis e demais pessoas da comunidade escolar. Os temas são escolhidos juntamente com as escolas, de acordo com os principais problemas identificados pela comunidade local. O objetivo é instruir sobre o exercício da cidadania.

O projeto é desenvolvido pela Esdep com apoio dos profissionais da Equipe Multidisciplinar da DPE-TO e conta com a parceria da Secretaria Estadual da Educação, Juventude e Esporte e da Secretaria Municipal de Educação de Palmas.

Fotos: Loise Maria / DPE-TO



O projeto é baseado em palestras, mas também dá voz às crianças e adolescentes que participam das atividades. Oitenta e duas ações foram realizadas em nove municípios, impactando positivamente 9.215 pessoas entre estudantes, corpo docente, equipes diretivas das escolas e pais de alunos.



A Revista Jurídica da Defensoria Pública: Adsumus, é editada pela Escola Superior e fomenta a ampla discussão acerca de temas relevantes, principalmente, no tocante à prática diária da Instituição, bem como o estímulo à produção científica, à difusão jurídica, o engrandecimento social, acadêmico e jurídico, através de compartilhamento de ideias.



Foto: Loise Maria / DPE-TO

CONSELHO SUPERIOR

Conselheiros e conselheiras em atuação durante todo o biênio

Matérias de alta relevância julgadas pelos membros do Conselho Superior da Defensoria Pública (CSDP)

- Proposta de resolução: política de valorização da maternidade e da amamentação e de proteção da primeira infância;
- Proposta de resolução: licença para capacitação ou especialização e o afastamento para estudo aos servidores do quadro administrativo da defensoria pública do estado do Tocantins;
- Consulta: atendimentos sobre o auxílio emergencial no âmbito da DPE-TO;
- Concursos de promoção para primeira classe e classe especial;
- Proposta de resolução: atuação da DPE-TO nas unidades prisionais do estado do Tocantins;
- Ofício Adpeto nº 017/2020: sugestões de alteração da Resolução-CSDP nº 168/2017;
- Concurso público para ingresso na carreira de defensor público da classe inicial;
- Consulta: jornada de trabalho da servidora mãe-nutriz.

Eleições realizadas no biênio 2019/2021:

*Eleição para Corregedor-Geral: **Biênio 2019/2021***

*Eleições para Conselheiro do CSDP: **Biênios 2019/2021 e 2020/2022***

*Eleição para escolha do Defensor Público-Geral: **Biênio 2021/2023***

Dados de produtividade no biênio 2019/2021:

- Autuação de novas matérias: **41**
- Autos pautados nas sessões: **39**
- Resoluções publicadas: **20**
- Ementas publicadas: **11**
- Portarias publicadas: **21**
- Editais pertinentes à Concursos de Promoção de Defensores(as) e Eleição do CSDP, DPG e CG: **31**

Fotos: Loise Maria / DPE-TO



No decorrer do biênio, entre as 18 sessões ordinárias e 17 extraordinárias do CSDP, os conselheiros e conselheiras receberam e ouviram convidados (E), se adequaram à pandemia com debates por meio de videoconferências e seguiram os protocolos de segurança sanitária quando as sessões ocorreram de forma presencial (D).

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E OPINIÃO PÚBLICA

Fortalecimento da autonomia e missão constitucional

Fotos: Loise Maria / DPE-TO

A Administração Superior dedicou parte de seus esforços no biênio 2019/2021 para também trabalhar pelo fortalecimento das relações institucionais. A aproximação com o Poder Executivo a fim de que secretarias e demais órgãos da administração direta e indireta do Estado pudessem conhecer de perto a atuação defensorial em todas as comarcas do Estado foi uma das estratégias reconhecidamente relevantes. A realização da reunião do Colégio Nacional de Defensoras e Defensores Públicos Gerais (Condege), sediada em Palmas e organizada pela DPE-TO, em junho de 2019, foi um marco nas tratativas com o Executivo estadual, boas práticas que foram mantidas em todo o biênio.



Defensores públicos gerais em encontro institucional com o governador Mauro Carlesse, em junho de 2019



O encontro de defensores públicos gerais de todo o País com o Poder Executivo do Estado fortaleceu as relações institucionais e a autonomia da Instituição para o cumprimento de sua missão constitucional.

Relações político-institucionais presentes em todo o biênio



Reuniões institucionais com o Governo do Tocantins



Fotos: Loise Maria / DPE-TO

Tribunal de Contas do Estado



Assembleia Legislativa do Tocantins (ALTO)



Tribunal de Justiça do Tocantins



Ministério Público do Estado do Tocantins

Instituição mais bem avaliada pela sociedade

78% da sociedade aprova a atuação da Defensoria Pública. O índice é o maior na avaliação feita pela sociedade com “ótima + boa” ou “regular”.

A Defensoria é líder na análise de sua atuação feita por advogados: 86% desses profissionais entrevistados consideram a Defensoria “ótima + boa” ou “regular”.

59% dos cidadãos e cidadãs entrevistados têm confiança na Defensoria Pública, o maior índice alcançado entre as instituições do sistema de Justiça*.



Foto: Arquivo DPE-TO

Apoio à Defensoria no Senado e na Câmara

A senadora Kátia Abreu e os deputados federais Carlos Henrique Gaguim, Célio Moura, Eli Borges, Osires Damaso, Vicenti-

nho Junior e a deputada Professora Dorinha falaram publicamente sobre o porquê de apoiarem a Defensoria por meio de

emendas parlamentares. Clique aqui para assistir aos vídeos.

clique aqui para assistir!



* Estudo Sobre a Imagem do Poder Judiciário Brasileiro: pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) com resultados divulgados pela Associação dos Magistrados do Brasil (AMB) em dezembro de 2019. A coleta de dados ocorreu no período de agosto de 2018 a outubro de 2019, ouvindo mais de 2,5 mil pessoas entre advogados, defensores públicos e cidadãos de todas as regiões do País.

Reconhecimento à atuação de outros órgãos, instituições e Poderes

Foto: Loise Maria / DPE-TO



Presença em momentos solenes, como sessões na ALTO

Foto: Rondinelli Ribeiro / Ascom TJTO



Acompanhamento da entrega de reformas de Fóruns, como o de Figueirópolis

Foto: Loise Maria / DPE-TO



Comparecimento a posses oficiais, a exemplo do Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Tocantins

Foto: Rondinelli Ribeiro / Ascom TJTO



Participação em projetos institucionais, como "Justiça Cidadã", edição em Palmeirópolis

Sessão Solene de Posse do Procurador-Geral de Justiça



Mesmo na pandemia, deferência garantida às agendas públicas de outras instituições

Espaço livre para o diálogo: uma marca da gestão

A Defensoria Pública sediou, em Palmas, a cerimônia de posse da nova diretoria executiva do Conselho Nacional de Corregedores-Gerais das Defensorias Públicas Estaduais, do Distrito Federal e da União, em fevereiro de 2020 quando também foi realizada, na sede da DPE-TO, a 42ª reunião do Conselho



Associação das Defensoras e Defensores Públicos do Tocantins (Adpeto) sempre convidada a participar de momentos importantes na DPE

Imagem: Reprodução Meet DPE-TO



Reunião da Comissão sobre covid-19 na DPE-TO: Adpeto e Sisdep integram a Comissão a convite da Administração Superior



Representantes do Sindicato dos Servidores da Defensoria Pública (Sisdep) recebidos pela Administração Superior em pauta de interesse e sobre direitos dos servidores



Sisdep com espaço para participação em diferentes debates e atuações realizados pela Administração Superior



Primeiro encontro oficial da Defensoria com a imprensa, em 2019: profissionais de diferentes veículos de comunicação do Estado conheceram mais sobre a atuação defensorial e tiveram questionamentos respondidos



Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Tocantins (Sindjor) durante encontro da Defensoria Pública com profissionais da imprensa

Fotos: Loise Maria / DPE-TO

Defensoria como referência e fonte de informação qualificada

9,25 vezes ao dia essa é a média de presença da Defensoria Pública em 2019 e 2020 nos veículos de comunicação*

Pelo menos **5.802 conteúdos** relacionados à Defensoria Pública na imprensa local e nacional*

A atuação da Defensoria no interior do Estado também foi destacada na opinião pública

A participação da Defensoria Pública se deu principalmente em sites de notícias, telejornais e programas de rádio

Atuações na saúde, “Defensores na Comunidade” e iniciativas em defesa das mulheres estão entre os temas mais abordados

Imagem: Reprodução TV Anhanguera Tocantins



Imagem: Reprodução TV Globo



Imagem: Reprodução TV Anhanguera Tocantins



Foto: Cinthia Abreu / DPE-TO



Imagem: Reprodução Meet DPE-TO



➤ **A DPE-TO não utiliza recursos públicos para fins de publicidade institucional, logo, se faz presente por meio de mídia espontânea, o que concede ainda mais relevância ao destaque obtido durante o biênio.**

Fonte dos dados: “Relatórios de Análise Crítica” de 2019 e 2020 produzidos eletronicamente pela empresa Precisa Clipping.

*Média obtida a partir dos relatórios citados como fonte e considerando como referência no período analisado os dias de segunda a sábado, quando os veículos de comunicação, em especial os do Tocantins, produzem e atualizam os seus conteúdos.

Papel social no combate à desinformação

Por ser referência sobre temas relacionados a educação em direitos, cidadania e justiça, a Defensoria Pública também se dedica ao maior alcance de informações sobre sua atuação por meio de cam-

panhas institucionais que informam e orientam as pessoas assistidas e sociedade em geral sobre seus direitos e o papel da Instituição no sistema de Justiça.



Live DPE: projeto iniciado em 2019 colocou a Instituição em contato direto com as pessoas assistidas para esclarecimentos diversos durante transmissão ao vivo pelas redes sociais. Os conteúdos sobre direitos e acesso à justiça abordados nas 26 edições do "Live DPE" tiveram alcance de 11.767 pessoas



Ação da campanha "Informação Também é Prevenção" atuou de forma estratégica no combate à desinformação sobre covid-19



4,2 mil peças publicitárias produzidas e divulgadas nas redes sociais, site da Defensoria e outros canais de comunicação

Facebook
Seguidores em 2019:
12.078
Seguidores em 2020:
12.270

Instagram
Seguidores em 2019:
4.143
Seguidores em 2020:
5.686

Twitter
Seguidores em 2019:
4.892
Seguidores em 2020:
5.605

JUNTO DE QUEM FAZ A DEFENSORIA IR ALÉM

Compromissos honrados e outras medidas de pessoal

Foram realizados aos servidores e servidoras os pagamentos da revisão geral da remuneração decorrente dos períodos de julho de 2017 a março de 2018, e de maio a setembro de 2019. Ainda em relação aos servidores, houve a implementação de todas as progressões em 2019 e 2020, o enquadramento na Classe C Padrão I e o pagamento na competência de dezembro de 2020 do passivo do enquadramento funcional na Classe B, Padrão 1, concedido no exercício 2016 referente ao período de janeiro a outubro de 2016.

Aos membros, em razão do aumento do teto remuneratório constitucional, foi concedido o adimplemento da revisão de subsídio decorrente do período de novembro a dezembro de 2018. Também houve o implemento do novo teto remuneratório, em janeiro de 2019. Tanto a membro quanto a servidores, foi feito o pagamento do abono de permanência.



Foto: pixabay.com

Promoção de defensores e defensoras

Abertos seis editais pelo CSDP sendo dois para a 1ª Classe (critério de antiguidade) e quatro para a Classe Especial, sendo dois pelo critério de antiguidade e dois por merecimento.

Remoções membros

Deflagrados 34 concursos de remoção para

membros, incluindo a 1ª Classe e Classe Especial. Em 23, a remoção foi concretizada; em oito, os órgãos de atuação não foram providos e em três os processos foram deixados em andamento ao final do biênio.

Remoções servidores

Abertos 13 Editais, sendo que em cinco deles, não houve interessados.

Processos de progressão e enquadramento

Pagamento das progressões funcionais previstas na Lei nº 2.252/2009 dos servidores efetivos, bem como dos enquadramentos funcionais (veja tabela), modernização do sistema de Avaliação de Desempenho e aprimoramento do sistema de protocolo de certificados para o dossiê.

Capacitação e especialização

Por meio da Resolução nº 198 de 9 de outubro de 2020, a Defensoria Pública concede aos servidores estáveis da Instituição, licença para capacitação ou especialização, bem como afastamento para estudo. A licença é concedida para participação em cursos de capacitação ou de pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu*, ministrados por instituição legalmente reconhecida pelos órgãos reguladores oficiais.

PROGRESSÕES			
2019		2020	
HORIZONTAL	VERTICAL	HORIZONTAL	VERTICAL
317	16	321	23
333		344	

ENQUADRAMENTOS		
	2019	2020
B1	11	2
C1	--	30

Foto: Loise Maria / DPE-TO



Os servidores podem deixar de exercer as atividades e atribuições inerentes ao cargo para se dedicarem com exclusividade aos estudos, sem prejuízo da sua remuneração.

Revisão da legislação de pessoal

ATO nº 023, de 04 de fevereiro de 2020: Dispõe sobre consignações em folha de pagamento no âmbito da DPE-TO;

ATO nº 025, de 05 de fevereiro de 2020: Altera o Ato nº. 037, de 09 de abril de 2010, que permite aos membros e servidores da Instituição ausentar-se do trabalho na data em que aniversariar, caracterizando-se essa concessão como ponto facultativo;

ATO nº 53, de 04 de março de 2020: Regulamenta a concessão do direito a uma folga anual aos profissionais da DPE-TO realizarem exames de controle do câncer;

ATO nº 54, de 04 de março de 2020: Institui o Sistema de Atualização Cadastral (ATUALIZA) dos Membros e de Servidores ativos da Defensoria Pública do Estado do Tocantins;

ATO nº 55, de 04 de março de 2020: Dispõe sobre a documentação exigida para a posse em cargos da Instituição;

ATO nº 97, de 30 de março de 2020: Regulamenta os critérios de recrutamento, seleção e acompanhamento de estágio educativo escolar supervisionado, dentro do Programa de Estágio da DPE-TO;

ATO nº 98, de 30 de março de 2020: Fixa, no âmbito desta Defensoria Pública, os valores da bolsa-auxílio dos estagiários;

ATO nº 107, de 05 de maio de 2020: Re-

distribuiu as vagas dos cargos do Quadro de Servidores Auxiliares da Instituição;

Resolução-CSDP nº 193, de 22 de junho de 2020: Cria, no âmbito Institucional, a Política de Valorização da Maternidade e da Amamentação e de Proteção da Primeira Infância;

Resolução-CSDP nº 198, de 09 de outubro de 2020: Regulamenta a licença para capacitação ou especialização e o afastamento para estudo aos Servidores do Quadro Administrativo da Defensoria Pública do Estado do Tocantins.

A atualização e adequação da legislação de pessoal na Instituição levou à modernização dos procedimentos administrativos, a economicidade das finanças e a celeridade dos trabalhos.

Direitos às defensoras e servidoras que são mães

Por meio do Conselho Superior da Defensoria Pública, foi regulamentada uma série de medidas destinadas às mulheres da Instituição por meio da Resolução nº 193, de 22 de junho de 2020, que cria a Política de Valorização da Maternidade e da Amamentação e de Proteção da Primeira Infância, de autoria da conselheira suplente Denize Souza Leite.

Entre as medidas implantadas e regulamentadas estão:

- no primeiro ano de vida da criança, fica proibido que defensoras e servidoras que sejam mães atuem em plantão, regime de cumulação, itinerantes e outras atividades extraordinárias que requeiram atuação fora do horário de expediente;
- para as defensoras públicas com filhos de até dois anos, no período matutino, quando há atendimento direto às pessoas assistidas, elas terão o direito de se ausentar por até uma hora para fins de incentivo à amamentação e ao vínculo mãe-bebê;
- para mães servidoras: possibilidade de carga horária de seis horas diárias, até o último dia do mês em que a criança completar 24 meses de vida, sem prejuízo de sua remuneração. Para as gestantes, é permitida alteração temporária de atuação, sempre que, considerado o estágio da gravidez, ou circunstância dela decorrente, o trabalho exercido possa eventualmente causar dano a sua saúde ou a do nascituro;
- determinado que a Defensoria priorize locais para amamentação nos prédios da Instituição, sempre que houver locais disponíveis.



Foto: pexels.com (Daniel Reche)

Atenção às pessoas com ações de integração e bem-estar

A Administração Superior fortaleceu a atuação da Defensoria em gestão de pessoas a fim de valorizar os profissionais também por meio de ações que debatam e promovam saúde, momentos de entretenimento e bem-estar, apoio motivacional e melhores condições e relações de trabalho.

Promover o gerenciamento das relações pessoais no âmbito institucional e realizar ações para despertar nos profissionais o sentimento de pertencimento também fazem parte dessa atuação estratégica.



Foto: Marcus Mesquita / DPE-TO

Mais que um selo para identificar as atividades voltadas à valorização das pessoas, o “Você faz a DPE ir além” é um conceito presente em todas as iniciativas de valorização do público interno, especialmente as desenvolvidas para reconhecer os profissionais por suas histórias pessoais e de colaboração com a Instituição.



2020 DEFENSORIA PÚBLICA DO TOCANTINS
VAI ALÉM

Em todas as Diretorias Regionais

Em cada Núcleo Regional da Defensoria Pública foi designado um profissional para desempenhar atividades inerentes às ações de gestão de pessoas.

A medida atendeu às necessidades identificadas em pesquisa de clima realizada pela coordenação de Gestão de Pessoas que, juntamente com a Esdep, promoveu diversas atividades de qualificação e bem-estar.

Foto: : DPE Guarái / Divulgação



Servidores de Guarái atentos a palestra com o tema “Seja líder de você mesmo”

Foto: DPE Dianópolis / Divulgação



“Motivação no Ambiente de Trabalho”: tema de palestra no Núcleo Regional da DPE em Dianópolis

Foto: DPE Paraíso do Tocantins / Divulgação



Saúde do homem debatida com equipes de trabalho em Paraíso do Tocantins

Foto: DPE Gurupi / Divulgação



Em Gurupi, registro de momento de informação e conhecimento sobre ansiedade

Iniciativas para integração

A Semana das Servidores e Servidores da Defensoria Pública – a primeira realizada pela Instituição em alusão ao Dia do Servidor – pode ser representada na homenagem que contou com a participação e envolvimento dos próprios servidores. Uma iniciativa que evidencia o resultado das ações desenvolvidas ao longo do biênio a fim de despertar o sentimento de pertencimento à Instituição.

Imagem: Reprodução YouTube DefensoriaTO



Clique para assistir!

Fotos: Marcus Mesquita / DPE-TO



Eventos transmitidos ao vivo para celebrar datas especiais com artistas da própria Instituição aproximaram pessoas em tempos de isolamento social



Recepção às mulheres da Defensoria em ação para destacar a importância das defensoras, servidoras e estagiárias na Instituição.

Foto: Loise Maria / DPE-TO



Sarau literário: ação de cultura e incentivo aos talentos identificados na Instituição para que sejam incentivados às atividades de afinidade.

Outras ações de relevância

Entre as atividades para valorização das pessoas estão atuações em diferentes frentes e que merecem destaque. São elas:

Parcerias especiais

Celebração de parcerias para as pessoas que trabalham na Defensoria e diferentes serviços e atendimentos, a exemplo de descontos de 35 a 50% em clínicas de atendimento psicológico.

Saúde mental

“Saúde Emocional é possível no caos” e “Como não pirar na quarentena” estão entre os temas de palestras e debates *online* e ao vivo com os membros e servidores a partir da participação de profissionais de saúde convidados.

Rodas de Conversa

Espaços de cuidado para que os profissionais possam conhecer e discutir temas que venham a contribuir de forma positiva em suas relações interpessoais e no trabalho.



Fotos: Arquivo pessoal

Servidores da Defensoria em momentos fora da Instituição: enxergar pessoas além dos profissionais é uma das marcas ao longo do biênio

A conversa é com elas

Projeto realizado pelo Nudem com rodas de conversas virtuais, ocorridas a cada 14 dias, tendo como foco as mulheres que trabalham na Defensoria. O objetivo foi

aproximá-las por meio de debates sobre o universo feminino na contemporaneidade e proporcionar um ambiente dialógico de confiança e apoio institucional.

Imagens: Reprodução YouTube DefensoriaTO



Bem-estar em casa

Aulas *online* de ginástica laboral com acesso livre para os profissionais da Instituição também foram disponibilizadas a fim de incentivar os cuidados com a saúde e bem-estar também no período de isolamento social.

Programa iPsico

Desenvolvido pela Universidade de São Paulo (USP), em colaboração com o "Estudo Longitudinal da Saúde do Adulto (Elsa) Brasil, o programa disponibilizado aos profissionais da Defensoria tem foco em saúde mental, na qualidade de vida e no autoconhecimento.

Gente que faz a DPE ir além

Projeto que apresenta quem são as pessoas que trabalham na Defensoria por meio da publicação de perfis que resgam histórias pessoais e também relacionadas à Defensoria.



HISTÓRIA PRESERVADA E INSPIRAÇÃO PARA O FUTURO



CIDADADA

**APROXIMANDO VOCÊ
DOS SEUS DIREITOS**

Foto: Loise Maria / DPE-TO

Centro de memória da Defensoria

Por onde passa para promover o acesso à justiça, a Defensoria registra o trabalho de membros e servidores e vai além ao também compartilhar a história de comunidades que as equipes de trabalho conhecem de perto a cada ação de atendimento.

Para preservar esse rico acervo de fotos e vídeos, que também reúne momentos importantes da Instituição, a Administração Superior determinou a criação e regulamentação do acervo de imagens, que culminará no Centro de Memórias da Defensoria Pública.

Foto: Loise Maria / DPE-TO



Fotos: Marcus Mesquita / DPE-TO



“Vidas Amontoadas”, de Loise Maria, e “Ser Forte Pelos Mais Fracos”, de Marcus Mesquita, retratam diferentes momentos de atuação da Defensoria e foram premiadas em 1º e 2º lugares no Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça (PN CJ) 2019

2019/2021

A Defensoria Pública foi além e isso também significa inspirar pessoas

Renove as esperanças conhecendo histórias de quem se inspirou na atuação da Defensoria Pública para também atuar pelos direitos de todos e todas:

Confira as histórias clicando nos links abaixo:



- Ontem assistida, hoje cursando Direito e amanhã...
- Ele foi menor aprendiz na Defensoria, onde decidiu que faria o curso de Direito. Missão cumprida!
- De geógrafa à carreira na área jurídica para ajudar quem mais precisa
- As histórias que ele sempre ouviu sobre a Defensoria despertaram nele o interesse pela área jurídica
- Como jurado em tribunal do júri em Gurupi ele conheceu a Defensoria e foi de estagiário a defensor público
- Primeiro voluntária, depois comissionada e hoje, analista jurídica de carreira. É fácil enxergar o próximo passo
- Ele é servidor da Defensoria no Tocantins, mas sabe que Alagoas o espera para realizar um sonho

Defensoria Pública do Estado do Tocantins

AO LADO DOS QUE
MAIS PRECISAM



DefensoriaTO

www.defensoria.to.def.br

»PE·TO

DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO TOCANTINS